



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2026

Nº 59

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS.....	1199
SECRETARIA DE FINANÇAS.....	1203

TAQUIGRAFIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

OBJETIVO: debater a situação fundiária, os riscos de reintegração de posse e os impactos sociais nos bairros Aparecida, Cascalheira, Monte Sinai, Planalto, Porto Cristo, e Terra Prometida, em Porto Velho.

EM: 23.03.2026

INÍCIO: 16h03min

PRESIDENTE: SR. RIBEIRO DO SINPOL

O SR. DÉBORA MOUTINHO GRÉCIA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento nº 3647/2026, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual, e após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater a situação fundiária, os riscos de reintegração de posse e os impactos sociais nos bairros Aparecida, Cascalheira, Monte Sinai, Planalto, Porto Cristo, e Terra Prometida, em Porto Velho.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa, pelo YouTube, também pela

TV Assembleia, canal 7.2. Também àqueles que estão aqui no plenário e na galeria. Mais uma vez sejam todos bem-vindos.

Convidamos agora para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos o Senhor David Inácio dos Santos Filho, Secretário de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia.

Convidamos também o Excelentíssimo Senhor Doutor Jaires Tavares Ribeiro, Juiz de Direito, neste ato, representando o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

E também o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Eduardo Guimarães Borges, Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Coletividade, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

E também convidamos para compor a Mesa o Doutor Renan Gomes Maldonado de Jesus, advogado.

Os que estão na Mesa podem se sentar. Neste momento, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Inocando a proteção de Deus em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater a situação fundiária, riscos de reintegração de posse e impactos sociais nos bairros Aparecida, Cascalheira, Monte Sinai, Planalto, Porto Cristo, Terra Prometida, em Porto Velho.

É uma honra muito grande abrir a Assembleia Legislativa, o templo da democracia para todos os nossos moradores de Porto Velho, moradores desses bairros que tanto precisam de voz, que tanto precisam desse momento, de um acolhimento da autoridade, dos poderes públicos, para que o grande problema que nós temos de regularização fundiária seja resolvido no nosso município de Porto Velho.

É uma honra muito grande receber os líderes aqui presentes. Vejo que há muitos líderes comunitários, tem muitas pessoas que fazem muito até onde o

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



município e o Estado não chegam. São vocês que fazem esse acolhimento, são vocês que fazem esse pedido de socorro tão importante nesse momento para que vocês tenham direito, sim, à sua terra, à sua casa, à oportunidade de terem um lar de vocês.

Hoje é uma oportunidade de todos nós juntos debatermos temos a oportunidade de conversar, de dialogar e sairmos daqui juntos com a esperança de nós termos esse grande problema da regularização fundiária resolvida para que todos nós possamos seguir e ter uma Porto Velho, ter uma Rondônia da forma que nós queremos.

Eu quero cumprimentar aqui nesse momento a nossa Mesa. Dizer que essa Mesa de Autoridades é composta por pessoas técnicas, por pessoas que têm a oportunidade de debater, de conversar e dialogar cada vez mais para que esse grande problema seja de uma forma mais rápida resolvido.

Cadê o Laelson Lima? Muito obrigado pela sua luta. O Carlinhos Damasceno, as meninas aqui, todas as oportunidades de vocês estarem aqui. Eu tenho certeza que hoje nós sairemos daqui cada vez mais fortes com uma decisão, com um rumo, para que juntos possamos realizar esse sonho de ter essa área de vocês resguardada em favor do Estado, do município; e que juntos possamos ter a oportunidade de conseguirmos fazer com que vocês, pais e mães de família, tenham, sim, o direito à sua terra, ao seu lar; e que juntos possamos fazer o que nós somos acostumados a fazer: pagar imposto, pagar luz, pagar água e termos a oportunidade de juntos, unidos, sairmos daqui com o resultado esperado para cada pai e mãe de família aqui presente.

A SRA. DÉBORA MOUTINHO GRÉCIA (Mestre de Cerimônias) - Convidamos agora, neste momento, para também fazer a composição da Mesa o Vereador Dr. Santana, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Velho.

Estando a Mesa composta, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia", letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva.

(Execução dos Hinos)

Podem sentar.

Vamos registrar e agradecer a presença da Senhora Juliana Ferreira Silva de Souza, Presidente da Associação Beneficente dos Moradores do bairro Porto Cristo; do Senhor Laelson da Silva Lima, Presidente da Associação e Moradores do bairro Planalto 2 Ampla. Agradecer a presença da Senhora Rosália Oliveira, Coordenadora-Geral da União Estadual por Moradia Popular; do Senhor Genivaldo da Silva Nascimento, Presidente da Associação Terra Prometida, BR-319, km 5.5. Agradecer a presença do Senhor Alex Santiago do Nascimento, Presidente da Associação do bairro Monte Sinai. E também registrar a presença do Senhor Marcos Augusto Pereira, representante do bairro Cascalheira. Sejam todos bem-vindos.

Retornamos agora a palavra ao Excelentíssimo

Senhor Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Quero registrar também aqui, como o plenário está lotado de moradores dos bairros, também foi disponibilizado o plenarinho, também está lotado. A todos os nossos moradores amigos que vieram de suas casas aqui, desses bairros, muito obrigado por vocês estarem aqui. Existe um plenarinho e, como aqui está lotado, eles foram colocados no plenarinho e estão acompanhando esta Sessão ao vivo pelo YouTube.

Amigos, pais e mães moradores de Porto Velho, dos bairros que estão precisando neste momento do Poder Público, das autoridades, para que nós possamos, juntos, intermediar, achar uma solução para esse grande problema que nós temos, que é a regularização fundiária.

O objetivo desse evento é debater os riscos de uma possível reintegração de posse nos bairros Cascalheira, Monte Sinai, Planalto, Porto Cristo, Terra Prometida e Aparecida. Existem processos judiciais prontos, aptos para realizar essa reintegração de posse e nós sabemos que esse não é o caminho.

Nós temos que trabalhar onde a Assembleia Legislativa, os órgãos de controle, o município, o Estado, possam intermediar uma solução para que quem está morando nesses locais, nas casas, tenha a oportunidade de ter o seu terreno regularizado e tenha a oportunidade de ter a dignidade que o município e o Estado têm que oferecer para o seu rondoniense e o porto-velhense.

Acredito que esse é o momento, acredito que juntos, vocês podem contar com o apoio do Deputado Ribeiro, sou morador aqui de Porto Velho. Vi grande parte das fundações desse bairro, porque trabalhei, trabalhei muito na rua, sou policial civil, e acompanhei a luta de cada um quando começou as fundações do Monte Sinai, da Cascalheira, do Planalto, da Aparecida, do Porto Cristo, e hoje, como parlamentar, posso ter essa oportunidade de juntos construirmos uma ponte, junto com o Executivo, junto com o Legislativo, junto com o Judiciário, para que possamos sair dessa fase que nós estamos nesse momento de incertezas, de dúvidas, e passamos aqui juntos as soluções. O objetivo é esse, encontrar soluções, não é isso, meu ex-vereador Carlinhos Damasceno?

Eu quero começar a escutar as autoridades que compõem aqui a Mesa. Eu quero muito escutar neste momento, representando o Tribunal de Justiça, Vossa Excelência, Doutor Jaires Tavares Barreto, representando o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Vossa Excelência, Doutor, pode ficar à vontade, se o senhor quiser falar aqui, se o senhor quiser falar na tribuna, o senhor fique à vontade, por gentileza, o tempo que o senhor achar necessário.

O SR. JAIRES TAVARES BARRETO - Uma boa tarde a todos, boa tarde aos componentes da Mesa, cumprimento todos aqui na pessoa do Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol. Eu estou aqui como representan-

te do Tribunal de Justiça. Meu nome é Jaires, eu sou Juiz de Direito e faço parte da Comissão Regional de Soluções Fundiárias.

É uma Comissão que atua sempre em que há um conflito fundiário, essa Comissão atua. A Comissão não julga esses processos judiciais, ela apenas tem a intenção de acompanhar, de tentar fazer uma composição, um acordo entre os litigantes, mas a Comissão em si não tem esse poder de julgar a lide, esse conflito, propriamente dito.

Então, nos casos aqui em debate, a Comissão foi, analisou cada uma das situações desses bairros e propôs algumas medidas, algumas diligências em relação aos bairros.

Então, em relação aos bairros Aparecida e Cascalheira, houve uma visita técnica e detectou-se a necessidade de um plano habitacional articulado, essa foi a conclusão da Comissão. Em relação ao bairro Monte Sinai, houve a recomendação de ser oficiada a Secretaria de Saúde para atendimento a pessoas com deficiência no local e a Semur (diz-se SEMDEC - Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Cidade) para esclarecer projetos de reurbanização.

Também em relação ao bairro Planalto, houve foco no acompanhamento de vulnerabilidades socioeconômicas e dificuldades de frequência escolar de crianças e adolescentes via CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social, então, tem que haver um acompanhamento por esse órgão do CRAS e do CREAS.

No Porto Cristo e Porto Parque, houve a recomendação específica para que o município assuma o transporte escolar dos menores residentes, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e reforço sobre a necessidade de atendimento habitacional prévio à desocupação.

Na localidade Terra Prometida, além das questões sociais, recomendou-se o envio de ofícios a Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia) e Polícia Ambiental para verificar se a área é de manejo florestal.

Então, como falei no início, a ideia da Comissão Regional, da qual eu sou membro, é auxiliar o juiz da causa. Mas a Comissão não tem esse poder de julgar, nem de determinar como o juiz deve proceder. A Comissão apenas orienta e procura chegar a uma composição.

Eu acho que hoje, Deputado, vai ser discutida talvez a questão de uma lei municipal que tem, que cria um Fundo para a indenização do proprietário da área. E, nesse ponto, fica mais afeto ao Poder Legislativo e ao Executivo, principalmente ao Executivo, analisar essa possibilidade dos recursos que compõem esse fundo.

Então, eu estaria aqui também para observar e ajudar no que for possível. Era isso.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado, Excelência.

Depois que todas as autoridades falarem, eu libero as questões de ordem, para ficar bem organizado. Pode ser?

A senhora quer falar para um pouco? Então, a senhora fale um pouco, pode ficar à vontade. A senhora quer falar? Pode falar, eu vou autorizar a senhora a falar.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Boa tarde. Meu nome é Rosália, eu sou Coordenadora Estadual da União por Moradia Popular.

Nós estamos discutindo essa questão do “Despejo Zero” desde a pandemia. Eu acho que agora é o momento da gente se juntar aqui e cobrar responsabilidade do Estado e do município para essas famílias. A gente já passou por várias Audiências Públicas e a gente não chegou a arrecadar um centavo para adquirir essas áreas que estão com liminar de despejo.

Eu acho que o nosso intuito aqui hoje é arrumar uma forma de conseguir as emendas parlamentares dos Deputados Estaduais para que sejam adquiridas essas áreas de Monte Sinai, Cascalheira, Porto Cristo, Terra Prometida e todas as outras comunidades que estão com liminar de despejo.

A nossa instituição é uma das que entraram no Supremo Tribunal Federal com a ADPF 828 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) para suspender o despejo no Brasil inteiro.

O nome da instituição é União Nacional por Moradia Popular. A nossa sede fica no bairro da República, em São Paulo. E o nome do nosso advogado é Benedito Barbosa.

Durante a pandemia, nós conseguimos que fossem suspensos os despejos no Brasil inteiro. E, de lá para cá, a gente vem mantendo e segurando que os despejos não aconteçam.

Eu gostaria de propor que, onde o Estado tem autorizado uma obra, o dinheiro dessa compensação social dessas unidades que estão sendo construídas, dessas obras, venham para nos ajudar. O recurso que está havendo de compensação financeira das duas usinas seja remanejado, uma parte desse recurso, para essa finalidade.

Se a gente conseguir uma emenda individual aqui da Assembleia ou uma emenda de bancada, com certeza nós vamos sair daqui com recurso para que essas famílias se mantenham nas suas moradias, porque isso já está angustiante.

Já teve acampamento na Câmara Municipal, não se resolveu nada. Já tivemos Audiência Pública para tratar desse assunto aqui na Assembleia em 2024 e, agora, a gente está tendo outra Audiência Pública aqui para tratar do mesmo tema, do mesmo assunto.

Eu acho que chegou a hora, deputado, que, se o senhor verificar no seu gabinete, nós encaminhamos ofícios solicitando de cada gabinete aqui na Assembleia uma emenda de R\$ 500.000,00, a partir daquela audiência que a gente fez aqui em 2024.

Até hoje, nem o seu gabinete e nenhum gabinete dos outros 23 deputados, deram resposta para a gente.

Eu gostaria que o senhor tivesse a sensibilidade e se colocasse no nosso lugar, como morador desses bairros que estão com liminar de despejo. **(manifesta-**

ção da galeria)

Obrigado, minha gente. Calma, calma. Vamos chegar no denominador comum aqui hoje.

E que cada deputado transfira uma parte das suas emendas, para que nós saíamos daqui hoje já com a determinação de adquirir essas áreas.

A gente não pode olhar para a cara dessas pessoas, idosos, pessoas doentes – que ali na região onde essa gente mora tem muitos casos de tuberculose, por causa daquela usina que funcionou lá há muito tempo – e as pessoas ficaram doentes, não só pelo ar, mas também pelo subsolo. A gente precisa, deputado, ter responsabilidade.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Conclua, por gentileza, só com conclusão.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Eu vou concluir. A gente tem que ter responsabilidade como morador e como parlamentar representando o estado de Rondônia, independente do seu município e de onde você foi eleito, se colocar no nosso lugar. E aqui nós estamos propondo que o senhor se reúna com os outros 23 parlamentares e consiga esse dinheiro e nos dê uma resposta em menos de 15 dias. Muito obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado. Continuando, quero, por gentileza, agora, nesse momento, escutar Vossa Excelência, o Defensor Público Eduardo Guimarães Borges, é o Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Coletividade. Neste ato, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, nosso Defensor Víctor Hugo.

O SR. EDUARDO GUIMARÃES BORGES - Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Ribeiro do Sinpol e parabenizar a Assembleia Legislativa pela iniciativa de chamar para o Legislativo esse debate extremamente importante que é a regularização de áreas sensíveis e importantes da capital.

Quero cumprimentar também o Vereador Santana, que no plano municipal vem exercendo e cuidando dessa agenda com brilhantismo na perspectiva de regularização fundiária, urbana, no município de Porto Velho. É um problema estrutural, histórico da nossa cidade, do nosso Estado, pela própria forma como Rondônia foi colonizada e resulta nesse problema histórico que nós vemos, enquanto agentes do Estado, estar empenhados na solução, na busca da resolução desses conflitos.

Quero cumprimentar também o Doutor Jaires, que eu soube hoje que está passando a integrar, essa semana, a Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Eu fico muito feliz que eu já conheço o Doutor Jaires. Tem um histórico, já foi Defensor Público, tem uma atuação exemplar no Tribunal de Júri aqui da capital.

E eu tenho certeza que a sensibilidade de Vossa Excelência vai contribuir muito nesse debate, nesse pa-

pel importante e sensível que o Tribunal de Justiça tem, sobretudo no contexto da ADPF 828.

E cumprimentar também o Doutor Renan, que vem aqui, está aqui representando a Ordem dos Advogados do Brasil. A OAB também é uma instituição extremamente importante nessa agenda.

Bem, gente, a Defensoria Pública atua em praticamente todos os bairros, com exceção do Aparecida e Terra Prometida, que eu não identifiquei nenhum processo judicial que tenha atuação da Defensoria, mas nós atuamos no Porto Cristo, no Monte Sinai e no Planalto. E o que se observa hoje é que realmente há uma insegurança jurídica e que precisa ser superada nesses bairros.

Fazendo um breve resumo sobre a situação processual de vocês, o Porto Cristo hoje é subdividido em vários processos, tem várias ações judiciais hoje em trâmite. Uma delas, a do Cícero, a área do Cícero... Oi... Sim, sim, eu vou fazer uma breve síntese de como está a situação. **(respondendo a uma manifestação da galeria)** A área do Cícero está atualmente com a reintegração de posse, a determinação judicial de reintegração de posse suspensa por conta de uma reclamação constitucional que a Defensoria Pública apresentou no Supremo Tribunal Federal, é a Reclamação 90985, e no dia 13 de março de 2026 foi proferida uma decisão suspendendo essa reintegração de posse até que haja a adequação do cumprimento à Resolução 510, do Conselho Nacional de Justiça e também as determinações do próprio Supremo Tribunal Federal na ADPF 828.

Então, isso dá a gente uma certa segurança em relação aos moradores que ocupam, pelo menos no curto prazo, até que haja uma solução definitiva, que ocupa essa área do Porto Cristo, que é objeto da ação do Cícero.

Há uma pequena área também lá, que é um outro fluxo processual, em trâmite na 6ª Vara Cível, que é da Liduína. Essa é a lote 15, exatamente. Essa área também foi objeto de uma reclamação constitucional e, paralelamente, a Defensoria Pública fez a reclamação constitucional e opôs embargos de declaração em face de uma decisão que havia do juízo da 6ª Vara Cível, determinando a imediata reintegração de posse.

A juíza acolheu os embargos de declaração, adequou a decisão dela ao fluxo da ADPF 828 e da Resolução 510, do Conselho Nacional de Justiça, e condicionou o cumprimento da reintegração de posse a uma série de determinações, que entre essas determinações está a garantia de que essas pessoas sejam reassentadas, que haja um fluxo para o cumprimento dessa reintegração, o que dá uma certa segurança também a esses ocupantes.

O Monte Sinai está numa situação relativamente confortável, por quê? Porque não há nenhuma decisão de reintegração de posse determinada no processo judicial do Monte Sinai. Embora seja uma ação extremamente antiga, tem mais de 10 anos a propositura, o processo não andou. Ele está em uma fase ainda muito incipiente, ainda na fase de instrução processual.

Só um pouquinho! **(Fala dirigida a um dos participantes da galeria)**

Ele ainda está na fase de instrução processual,

não tem decisão do juiz concedendo tutela de urgência. Então, acredito que a gente possa, no Monte Sinai, acredito, a gente não está com a “faca no pescoço” — como é a situação de outros bairros —, o que permite que a gente discuta com um relativo conforto.

A Defensoria Pública, paralelamente à atuação no processo judicial que existe no Monte Sinai, ainda nessa fase incipiente, nós propusemos uma Ação Civil Pública, em face do município de Porto Velho, para obrigar o município de Porto Velho a realizar a regularização fundiária no bairro Monte Sinai. E fundamentamos isso justamente na Lei Complementar Municipal 994/2024 que coloca expressamente o Monte Sinai como um dos bairros a serem contemplados pela REURB-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social) no âmbito municipal.

E, administrativamente, houve resistência do município, na época da Semur, a implementar essa regularização; e, por isso, nós judicializamos.

Tivemos uma audiência de conciliação a cerca de dois meses, que não teve êxito na busca de compor com o município a REURB-S do Monte Sinai. Mas, acredito que a gente possa ir com calma. Monte Sinai, de todos esses bairros, é o que menos me preocupa, porque realmente não tem uma decisão determinando a reintegração no curto prazo, de imediato; então a gente pode trabalhar com uma certa cautela.

O Planalto, especificamente nos Autos 702591685/2024, é uma ação relativamente recente — tem dois anos apenas a propositura —, e nós estamos aguardando um posicionamento do Incra, porque o município de Porto Velho se manifestou nesse processo dizendo que se trata de área da União.

Diante dessa manifestação do município de Porto Velho, o juiz determinou que o Incra se manifestasse nos autos e ainda não houve essa manifestação no Incra. Então, também não tem, assim como no Monte Sinai, não existe uma determinação, uma ordem judicial determinando a reintegração de posse, que essas pessoas sejam desalojadas.

Então isso dá uma certa segurança no Planalto. E ainda existe essa possibilidade, a depender de como o Incra se posicione, é possível que esse processo seja deslocado à competência para a Justiça Federal, porque se o Incra se manifestar no sentido de que tem interesse nesse processo e de que essa é uma terra da União, aí haveria o deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Então, essa é, em síntese, em todos esses fluxos, a Defensoria Pública, além de atuar no processo judicial, também atua extrajudicialmente junto ao município de Porto Velho na perspectiva de buscar essa regularização. E eu creio que haja aí uma — eu não sei se tem alguém do município de Porto Velho, não compareceu ninguém na Audiência pública — eu creio que a nossa principal tarefa hoje seja sensibilizar a importância que se tem em conferir efetividade à Lei Complementar 994/2024, que é a lei aprovada ainda no final do governo, em 2024, ainda no Governo Hildon, e que tem como objetivo justamente a regularização desses bairros em especial.

Além desses bairros que são objeto da pre-

sente Audiência Pública, vários outros que também estão contemplados nessa lei e que é possível essa regularização. A gente precisa dar efetividade a essa lei.

E a Defensoria Pública permanece à disposição de todos e todas. O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos é o órgão da instituição que tem a atribuição de atuar em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade nesse contexto de luta pela terra e pelos territórios.

Agradeço mais uma vez, deputado, e contem com a Defensoria Pública.

Oi? Desculpe. De qual área que você está falando?

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Do Cícero.

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Do Cícero?

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Sim.

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – O Cícero é a situação que mais me preocupa. Por quê? Existe uma ordem judicial transitada e julgada de reintegração de posse em favor do Cícero. Então, existe essa decisão. Tá, tá. Essa decisão... **(resposta a uma manifestação de uma pessoa fora do microfone)** Então, isso daí a gente não tem como dizer.

Qual que é a situação hoje do Cícero? Mas isso não é definitivo. Existe essa decisão, dessa decisão não cabe mais recurso. Teoricamente, quem mora no Cícero, em tese, teria que sair, porque existe essa ordem judicial e não cabe mais recurso nessa ordem judicial. O que acontece...?

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Aí a gente vai ter que vir acampar aqui...

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Não! Calma aí, gente! Aí a gente vai ter que atuar politicamente, por isso que hoje, eu vejo que há aqui vários vereadores e deputados empenhados nessa agenda.

Qual que é a situação? Na ação possessória, vocês perderam e está transitada em julgado. A gente tem como, no processo, atuar muito pouco. De que forma que no processo a gente tem que atuar? O STF (Supremo Tribunal Federal), quando, no julgamento da ADPF 828, ele estabeleceu que, para retirar qualquer grupo de pessoas, existe um protocolo para seguir. Entre esse protocolo, ninguém pode ficar em situação de rua, por exemplo. Você tem que garantir que essas pessoas sejam realocadas em condições muito parecidas ou melhores do que ela está hoje.

As condicionantes impostas pelo Supremo Tribunal Federal para que haja o cumprimento da reintegração de posse são tão difíceis que eu acho improvável que, no curto espaço, eles consigam dar efetividade a essa situação. E ao longo desse tempo, nada impede que o Poder público, por exemplo, que surja um fato novo. Que fato novo que pode ser, por exemplo? O município de Porto Velho pode, se quiser, desapropriar a área do Cícero.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – O Governo do Estado também.

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Também. Mas a atribuição, a competência para a política pública urbana, a princípio, seria do município. Por isso que eu falo que a princípio seria do município.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, quando você falar, pode abrir o toque aí para ficar ao vivo registrado.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Tinha feito uma integração da posse e vocês lutaram para não nos tirar do ambiente onde nós estamos, da nossa casa.

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Sim.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Aí o senhor falou “por um tempo indeterminado”. O senhor não sabe nos dizer o tempo que é. Aí agora o senhor está nos falando que nós podemos ser propícios a sair a qualquer momento de dentro das nossas casas e ficar sem onde morar, sem ter onde ficar?

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Não, não, não, porque o STF diz que só pode tirar pessoas da casa se garantir que elas sejam realocadas em outro lugar. Por isso que a gente conseguiu, por exemplo, não faz objeto da Ação Civil Pública. Mas dois meses atrás eu consegui, no STF, suspender uma ordem de reintegração de posse no Miraflores, por exemplo. Miraflores, uma situação muito parecida. Já tem ordem de reintegração de posse, não cabe mais recurso, não tem mais jeito no Miraflores. A juíza mandou “cumpra imediatamente”.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Qual é a garantia que o senhor nos dá que não virá uma nova reintegração e vocês vão virar as costas para nós?

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Não, a gente nunca...

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Assegurar a gente que não vão nos deixar na mão com os filhos, com os idosos, longe de onde ter onde morar. Por quê? Porque o nosso medo é de não ter onde morar. Eu lhe falo porque eu lutei muito hoje para estar lá onde eu estou. E a maioria das pessoas que estão aqui não estão aqui porque querem, estão aqui porque não tem onde morar, tem uma necessidade. Tem filho, tem família. E a maioria dessas pessoas aqui estão fazendo questão por uma terra, tem até sobrando e não faz nada.

E quando a gente, nós, os moradores, necessitados, humildes, precisamos de uma moradia para nós morarmos, não é para vender, não é para fazer nada, é para nós morarmos com a nossa família. Aí aparece a pessoa que é dono, aparece querendo a reintegração de posse, e quando está lá totalmente abandonado, va-

zio, acúmulo de bicho, de drogados, de tudo que não presta naquele matagal, não tem dono, mas a partir do momento que entra uma família para morar, aparece o dono. Qual é a garantia que o senhor nos dá que as pessoas não vão fazer de volta?

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Não, eu sou extremamente sensível e eu estou do lado de vocês. É justamente essa minha linha de atuação nos processos que eu estou, quem acompanha minha intervenção.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – O senhor nos dá a sua palavra que não vai nos abandonar?

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Que eu não vou abandonar, com certeza, como várias pessoas do Porto Cristo têm sempre acesso a mim, ao meu gabinete, está sempre à disposição de vocês.

Também ressalto que existe uma decisão do STF, que dentro da hierarquia do judiciário é o órgão que está no topo, o Supremo Tribunal Federal, que decidiu que vocês não podem ser desalojados enquanto não houver um plano de realocação. Então vejam, se...

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Então nós não corremos risco de ser despejados de uma hora para outra?

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES – Pelo menos com base no que está na decisão do STF, não. O que aconteceu? Vou dar o exemplo do Miraflores, por exemplo. O juiz, no Miraflores, determinou no final do ano passado que o Miraflores saísse imediatamente. Eu fui no STF, eu apresentei uma reclamação no STF, e o Supremo Tribunal Federal mandou suspender essa reintegração do Miraflores. Voltou a segurança.

Aconteceu a mesma coisa, no caso, no Porto Cristo, na ação que é de uma pequena área dentro do Porto Cristo, que é da Liduína. Nós entramos com o embargo de declaração e também com a reclamação. A juíza da 6ª Vara Cível reviu a decisão dela e readequou. A gente vai ter que ficar brigando quando surgir. O que vocês podem contar com a Defensoria Pública, sempre que surgirem essas situações, podem nos procurar que o que estiver ao nosso alcance, a gente vai fazer.

E, paralelamente a isso, e aí o pleito que eu faço aos agentes políticos aqui, em especial do Executivo e do Legislativo, para que haja um esforço político, sobretudo nessas áreas que estão em risco, que é Porto Cristo, Porto Parque, Monte Sinai, nem tanto, ainda não é uma situação tão grave, mas Planalto, para haver a possibilidade de efetivamente regularizar essas áreas. De que forma? Desapropriação.

Um dos institutos da lei do REURB-S é a desapropriação indireta. São bairros que estão consolidados. Se já existe uma decisão reconhecendo que os proprietários registrais têm direito sobre essa área, qual seria uma alternativa viável? Poder Público indenizar esses proprietários e distribuir, fazer uma política de regularização da área.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Hoje é o que nós procuramos, uma indenização aos proprietários que se dizem ser da terra, para não desalojar esse monte de gente que está aqui. Esse monte de mãe. Sabe qual é o medo da mãe? É de ver um filho com fome e não ter onde dormir.

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES - Exatamente, eu me sensibilizo com isso e essa insegurança jurídica que vocês vivem, é isso que a gente busca aqui. Todos dessa Mesa aqui, estão empenhados justamente nisso, em garantir essa segurança jurídica para a moradia de vocês.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado, obrigado Vossa Excelência, Doutor Defensor Público Eduardo Guimarães, muito sensível à pauta. Demonstrou bastante conhecimento, isso nos deixa cada vez mais firmes e fortes, de que nós encontraremos uma saída para os nossos moradores de Porto Velho.

Quero dar a palavra aqui, o tempo que achar necessário, meu amigo especial aqui, o Doutor David Inácio dos Santos Filho, Secretário do Estado do Patrimônio e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia - Sepat.

Vossa Excelência, se quiser ficar aqui ou quiser falar lá, você quem comanda Secretário David.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO - Boa tarde a todos. Inicialmente, falar para todos vocês, que assim como os colegas da Mesa, sou solidário à situação de cada um de vocês e certamente a gente compreende a aflição de vocês.

E já parabenizo o Deputado Ribeiro do Sinpol pela Audiência Pública. Parabéns, deputado. Parabéns por todo o trabalho que vem sendo feito.

Eu quero cumprimentar o Doutor Jaires Tavares Barreto, Juiz de Direito, representante do Tribunal de Justiça; o Doutor Eduardo Guimarães Borges, Defensor Público; Vereador Dr. Santana, que vem fazendo um trabalho muito legal; Doutor Renan; cumprimentar o Vereador Nilton Souza.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Eu acabei não falando para todo mundo que está aqui. Nós temos a presença de mais um vereador, tem o Dr. Santana presente, e agora, o nosso amigo, nosso Vereador Nilton. Obrigado por você estar aqui, meu amigo. É uma área sensível, e você como morador de Porto Velho não fez nada que eu não soubesse que você faria. Você veio enfrentar o problema de frente, porque esse povo aqui precisa do Poder Público, precisa dos vereadores aqui presentes. Muito obrigado por você ter vindo também.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO - Gente, eu sou David Inácio, estou Secretário do Patrimônio e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia.

Já recebi alguns moradores desses bairros lá na Secretaria. E a Lei 13.465/2017 veio democratizar a regularização fundiária e ela traz esse protagonismo, assim como o Doutor Eduardo bem explicou, ao municí-

pio, à autoridade do município. Isso não quer dizer que o Estado também não possa contribuir.

E eu já estava aqui conversando com o Deputado Ribeiro e com o Doutor Eduardo, vendo que eu, enquanto Secretário de Estado, a gente pode já fazer encaminhamentos e estar contribuindo.

Essa área não pertence ao Estado de Rondônia. E o que é fato hoje, gente? O Estado de Rondônia tem várias áreas aqui na capital. E nos dois últimos governos municipais, na realidade, nós temos aqui um histórico de falta de cultura de regularização fundiária por parte das autoridades. E as autoridades, elas estão deixando de dar a importância que a regularização fundiária tem.

A regularização fundiária é segurança jurídica, é dignidade, fomenta a economia regional, local. E, infelizmente, nós não estamos vendo essa grande importância por parte dos municípios.

Nós temos protocolado na prefeitura, desde a gestão passada...

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Só registrar aqui a presença do Deputado Estadual Eyder Brasil, também aqui presente. Seja bem-vindo, Deputado Eyder.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO – Nós temos mais de 12 projetos de REURB-S protocolados na prefeitura. A Lei 13.465, ela diz que a autoridade municipal tem até 180 dias para aprovar um REURB-S. E nós temos REURB-S com mais de 2 anos, protocolados na prefeitura. E são os bairros: São Sebastião, Nacional, São João Bosco, Pedrinhas, Cohab V; Cohab IV; Pantanal; Universitário; São Sebastião II; Cidade Nova II; Escola de Polícia; Liberdade; Esperança da Comunidade; São Francisco Parte I; São Francisco Parte II; São Francisco Parte III; São Francisco Parte IV; São Francisco Parte V, São Francisco, Parte VI.

Eu estou contextualizando para vocês que as áreas que o Estado está querendo regularizar, o Município ainda não regularizou.

Eu estou falando para vocês que a coisa é pior do que a gente imagina. Vocês ainda estão em uma área que um particular diz ser proprietário e mostra que é proprietário. Eu mostro aqui o proprietário.

E essas áreas que eu citei para vocês são do Estado. O Estado já regularizou a área, protocolou o projeto de REURB-S, fez todo... Porque um projeto de REURB-S são medidas urbanísticas, ambientais, jurídicas e sociais. Perfeito, Doutor? O Estado fez tudo isso, protocolou, disponibilizou servidores para a prefeitura, colocou estrutura, e a coisa não anda.

Então, eu fico muito preocupado com a situação de vocês. Porque, se o Estado disponibilizou a área e fez tudo isso e não está andando, então o que nós precisamos é prestar conta para vocês, porque a nossa função é pública.

E é isso que nós estamos fazendo aqui. Eu estava falando para o Doutor Eduardo que acho que na área de vocês ainda não foi feita nem uma avaliação.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Fala no microfone, por gentileza.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - David, com muita luta, a gente já vem lutando há mais de cinco anos. Desde quando a gente descobriu que lá tinha um processo judicial, já fechamos a BR por várias vezes, já fechamos a Câmara Municipal, já fechamos a prefeitura e nada foi resolvido.

O que a prefeitura disse no último fechamento da BR que nós fizemos foi que eles poderiam fazer avaliação mercadológica, porque lá a área não tinha avaliação e não tinha como eles conseguissem o recurso sem saber o valor da área.

Brigamos, conseguimos, e, agora, no dia 19 de fevereiro, a prefeitura avaliou a nossa área no valor de R\$ 2 milhões e 700 mil.

E agora a prefeitura diz que não tem recurso para regularizar essa área, sendo que a prefeitura vem gastando milhões com videogames. Com videogames. Só aquela árvore de natal que a prefeitura colocou já dava para regularizar a nossa área.

Então, isso é uma falta de respeito com nossos moradores, porque todos estão aqui hoje presentes, todos, sabem da nossa luta. Essa luta já vem há mais de 15 anos.

A prefeitura, alega dentro do processo, que não interesse em regularizar nossa área, porque, se entrar no processo e dizer que tem interesse, eles vão ter que arcar, indenizar o proprietário. E o que eles falaram para gente foi: "vamos fazer avaliação e vocês corram atrás do recurso para regularizar".

Então, é por isso que nós estamos aqui hoje.

Acho uma falta de respeito do Prefeito Léo Moraes. Inclusive, era para todos os vereadores estarem aqui, porque, na Audiência Pública que tivemos lá na Câmara, o senhor Gideão foi primeiro a dizer: "Cadê os deputados? Vamos chamar os 24 Deputados, vamos chamar a bancada federal, vamos chamar fulano de tal...".

Inclusive, esse papel, aqui ó, tem assinatura de todos os vereadores que estavam presentes, que se comprometeram a dar emenda parlamentar para regularizar nossa área, e até hoje nada foi feito.

Não é possível que a gente vai ter que pegar esses moradores e acampar por tempo indeterminado aqui nesta Assembleia, ou na prefeitura, ou na Câmara. Isso é uma falta de respeito com os nossos moradores. A

gente tem família lá. A minha filha cresceu lá. Todos que estão aqui são as mesmas pessoas que sempre estão na guerra com a gente.

E o Doutor Eduardo falou sobre a questão de realocar as pessoas. A gente não quer ser realocado. Queremos morar lá, porque foi lá que construímos nosso sonho. Foi lá que eu investi mais de R\$ 100 mil na minha casa, não só eu, assim como os vários moradores que estão aqui presentes.

Então eu não quero ver a minha casa ser demolida para depois o Tribunal de Justiça ir lá e dizer: "Vocês vão ser despejados e nós vamos dar um ano de aluguel pra vocês". Nós não queremos isso. A gente já investiu mais do que isso lá.

Então isso é uma falta de respeito do município e desta Casa, porque perdoaram dois bilhões da Energisa que já dava para regularizar o nosso bairro. Isso é uma falta de respeito, com nossos moradores.

O SR. EDUARDO BORGES GUIMARÃES - Só uma questão de esclarecimento.

Na verdade, quando eu falei, não é que eu defendo que vocês sejam realocados. Pelo contrário, eu acho que a gente tem que brigar para vocês serem regularizados nessa área, que é onde vocês têm um vínculo afetivo e histórico.

O que existe é a decisão do STF que proíbe a remoção de pessoas, sem que essas pessoas sejam realocadas.

Então, a gente vai usar isso, essa condicionante que o STF estabelece para manter vocês até que haja uma política efetiva de regularização dessa área. O argumento que a gente está usando para segurar vocês nessas áreas e não despejar, é isso. É que tem essa condicionante, não é que a gente queira realocar. Hoje, eles não estão oferecendo nem isso, nem realocar, eles não estão dando condições. E é com base nisso que a gente está conseguindo segurar o remanejamento dessas pessoas. Mas a nossa briga é para regularizar onde vocês estão.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - Então assim, David, a Defensoria vem fazendo um grande trabalho, vem fazendo o possível e o impossível para a gente continuar lá. A gente está há cinco anos nessa briga.

Então, hoje, a culpa não é da Defensoria. E a Defensoria não pode vir aqui também e prometer casa para a gente, porque lá eles estão para trabalhar na causa processual. Quem tem que fazer isso por aquelas famílias, eu não falo de regularizar as áreas novas, a gente já está lá há muito tempo, a gente está lá há mais

de 15 anos. Eu moro lá desde 2014.

Então, é uma falta de respeito da prefeitura, do Estado, porque o bairro Universitário, em 2015, essa Casa Legislativa, intermediou, a área lá não era do Estado. E essa Casa intermediou junto ao Governo do Estado e regularizou lá.

Por que não pode ser feito conosco? Entendeu?

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO - Deixa eu só concluir meu raciocínio. Então, considerando que se trata de uma política, inicialmente, do município, o que eu posso já me comprometer aqui, Deputado Ribeiro, para encaminhamento é: se vocês, junto ao município, conseguirem esse alinhamento, o projeto de REURB-S, todo ele, o Estado, a Sepat, consegue fazer. Sem gasto nenhum para vocês.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Mas, senhor David, como a gente vai fazer isso, sendo que o prefeito nem recebe a gente? Eu nunca nem vi a cara do prefeito. Eu nunca nem vi a cara dele.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO - Eu posso trazer para vocês as informações técnicas e o que está acontecendo. Inclusive, no mês passado, eu fiz uma reclamação ao Tribunal de Justiça por inércia do município. Na realidade, acho que há uns três meses, dois, três meses, o próprio Tribunal de Contas, porque como nós somos gestores públicos, nós somos acompanhados pelos órgãos de controle. E, em relação aos gastos do Estado, os trabalhos de regularização fundiária, teve até uma decisão monocrática no Tribunal sobre uns dois ou três bairros aqui que tinham sido protocolados já na prefeitura.

Vamos aguardar para ver o que ocorre agora depois dessa manifestação no Tribunal de Contas, que é importante.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA - Secretário David.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO - Além desse Ofício que eu fiz ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria do Tribunal de Justiça, sobre a inércia do município, isso é o que eu, Sepat, Secretário David, pude fazer cumprindo as minhas obrigações.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA - Secretário David, só um momento, por favor.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO – Pois não.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – O Dr. Santana, o Vereador Dr. Santana está aqui também e o Vereador Nilton Souza. Na última audiência que eu acompanhei, na Câmara de Vereadores, também estava presente o Doutor Eduardo e também o Deputado Federal Maurício Carvalho, que naquela oportunidade disse que precisava dos valores para encaminhar uma emenda

que beneficiaria os moradores do Porto Cristo. Eu acredito, eu quero acreditar que o Deputado Federal Maurício Carvalho, o Vereador Dr. Santana, o Vereador Nilton, sejam pessoas sensíveis e que naquela oportunidade estavam falando com o coração para essas famílias.

Eu não quero acreditar que o parlamentar chegou em uma Audiência Pública para se engrandecer dizendo que poderia encaminhar essa emenda que resolveria esse problema. Eu quero acreditar na palavra que alimentou sonhos. Sonhos para essas famílias, sonhos que não podem ser apagados e eu não quero acreditar que naquele momento essas palavras foram ditas ao vento.

Eu quero acreditar na palavra que esse recurso, já que tem o valor aqui, que o Deputado Ribeiro do Sinpol tenha a sensibilidade de entrar em contato com Deputado Federal Maurício Carvalho para rever essa possibilidade desse dinheiro vir. Vir na conta do Estado? Vem na conta do município? Não quero saber. Não queremos saber. Nós queremos que ele garanta a palavra dele, que o recurso vem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente)- Deixa eu escutar um pouquinho aqui. Pode falar um pouquinho, por gentileza. E depois o rapaz lá atrás. Rapidamente, tá? Como é o seu nome mesmo? Liliane, não é? Moradora do?

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA - Porto Cristo. Eu queria ver com, desculpa, eu até esqueci o seu nome.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO – Secretário David.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – O senhor falou que queria fazer uma emenda, né? Ô, Senhor Deus, como...

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO – Não, a REURB-S. O projeto de REURB-S.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Sim, com a população e quem do outro lado?

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO – Não, o projeto de REURB-S. É assim, a área lá precisa ser individualizada, claro, depois de feito todo esse alinhamento, depois do imbróglgio jurídico. Resolvido o imbróglgio jurídico, ela precisa ser individualizada. E cada um de vocês tem um Título, não é isso? O que o Estado se compromete é entregar esse Título para vocês, é fazer o projeto de REURB-S. Hoje, o Estado investiu significativamente agora, adquirimos um sistema de vanguarda. Em 45 dias, a gente faz uma REURB-S. O que passava anos aqui, fizemos o lançamento do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) mês passado. Então, hoje, a gente tem uma estrutura bem legal e dá para trabalhar nos 52 municípios.

O que a gente precisa é resolver esse imbróglgio,

primeiro, esse imbróglio jurídico. E aí não é comigo a questão de "o Estado ajudar financeiramente". A minha missão é patrimônio e regularização fundiária do Estado.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Mas o Estado tem recurso para nos ajudar?

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO – Eu não vou nem responder porque não é comigo. O orçamento é com a Beatriz. Se eu entrar na espera dela, ela depois vai me chamar a atenção.

A SRA. LILIANE ANDREZA SILVA DE LIMA – Nós sabemos que o Estado tem recursos, tanto é que ele está proporcionando várias coisas aí, que nós estamos vendo. Dentro de uma delas, será que não poderia colocar a pauta de moradia para quem precisa?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, quero anunciar aqui, também acabou de chegar o Vereador Marcos Combate, pode anunciar. Vereador Marcos, tudo bem? Seja bem-vindo. Deputado Eyder, entra no debate um pouquinho também, fica à vontade aí.

Agora eu queria, o senhor pediu para falar, como é o seu nome? Como é o seu nome? Pode falar aí.

O SR. MARCOS AUGUSTO PEREIRA DA SILVA - Boa tarde a todos. Eu sou Marcos, sou representante do bairro Cascalheira. Quero agradecer aqui a presença do Doutor Eduardo, Doutor Renan, e das demais autoridades, ao deputado, que prestou essa oportunidade de nos ouvir.

O Doutor Renan conhece nosso caso há muito tempo, sabe que nós viemos lutando por moradia e essa moradia não está sendo fácil, não é, Doutor Renan? Há 14 anos a gente vem brigando por essa situação.

Quero falar aqui também sobre o nosso amigo Laelson, que sofreu dessa luta toda, a Juliana, estamos aqui o pastor Reginaldo. Então, assim, hoje nós travamos uma luta para ver se nós chegamos a um denominador, porque a nossa vida não está sendo fácil dentro dessa área de conflito, né?

Então, assim, quero dizer que essa reunião aqui, essa Audiência Pública, ela nos torna só mais uma de tantas outras que nós já tivemos. Nós estamos falando de moradia, nós estamos falando de humanidade. E queria pedir aqui nessa Casa que realmente pegue essa causa nossa e lute por ela. Lute por ela, porque chega na época de campanha, de política, todo mundo bate nas nossas portas, pedindo voto. E nós estamos aqui hoje, clamando a vocês, do Poder Público, que façam alguma coisa por nós.

Não é à toa que nós estamos aqui, não. Nós deixamos os trabalhos para estar aqui hoje, pedindo esse apoio de vocês.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Ok, para concluir.

O SR. MARCOS AUGUSTO PEREIRA DA SILVA -

Obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Como é o seu nome, por favor? O pessoal da produção quer saber o nome das pessoas que estão falando. Marcos, que acabou de falar?

O SR. MARCOS AUGUSTO PEREIRA DA SILVA - Marcos Augusto, do bairro Cascalheira.

O SR. MARCOS BRAULINO QUEVEDO DE LARA - Braulino Quevedo de Lara.

Pessoal, é o seguinte, para tudo tem uma solução. E eu acho que todas as pessoas que estão aqui em cima, que estão por aqui com nós, todas as pessoas estão aqui à procura da solução de um problema que já vem atormentando Porto Velho desde muitos anos, certo? E é uma coisa tão fácil de se resolver.

Vejam bem, a partir do momento que essas pessoas estão no bairro Cascalheira, o nosso problema que nós temos, todos esses bairros que têm essa situação, o proprietário dessa terra não pode ser ressarcido pela mesma quantia de terra, pelo pedaço de terra do Incra em outro local? Seja ressarcido, sejam medidas essas terras e esse cara vai receber a terra dele lá em outro local. É uma ideia, um plano que a gente tem, uma ideia que tem e que ele receba a terra dele, as mesmas medidas de terra dele em um local diferente porque não tem como tirar os moradores de cima da terra. Vejam bem, essa menina acabou de falar que ela gastou cento e poucos mil na casa dela.

Então, como se tirar ela de lá, ela vai perder esse valor? O proprietário da terra não vai perder nada, porque simplesmente ele vai tirar a casa dela de cima para virar capim, para virar brejo, virar capim.

Então, vejam bem, uma ideia que a gente tem, que seria uma forma de ressarcir o proprietário da terra, uma terra do Incra, em um outro local, e ele teria que aceitar, pelo motivo de que aquela terra ali não vai servir nada para ele, está cheio de casas em cima. É um projeto, uma ideia.

Outra coisa que eu tenho, venho reivindicar aqui e pedir a vocês, eu sou entregador de material de construção. Eu trabalho nisso há 15 anos. Eu conheço a história de cada pessoa que está aqui em cima, de cada morador desses bairros, de um por um. Dói no coração, me dóia e me dói até hoje, de ver chegar em um barraco, em uma casa, que não cabia quatro cadeiras dessas dentro, quatro parênteses, uma portinha para entrar e sair, e lá três, quatro, cinco crianças, sem nem higiene sequer. Há 15 anos.

E até hoje já melhorou, já não está mais isso, os bairros já estão melhores. Mas eu presenciava isso, eu saía triste para largar um saco de cimento, para largar um tijolo para o pai e a mãe fazerem a casa.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Vamos concluir, por favor?

O SR. MARCOS BRAULINO QUEVEDO DE LARA

– Essas crianças cresceram. E será que hoje elas vão ver a casa delas ser derrubada? Tem motivo?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Ok. Deixa o David fazer a conclusão.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO – Bem, gente, o que a Sepat, a Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária, para encaminhamento, pode se comprometer aqui é fazer a REURB-S. E mesmo assim, eu já mostrei para vocês que nós temos mais de 14 projetos de REURB-S esperando há mais de dois anos na prefeitura e a coisa não anda. Então, não é dos melhores mundos. Isso é o que a Sepat pode se comprometer.

Teve duas pessoas que falaram que o Estado pode contribuir, aí não é comigo. Eu não vou prometer aquilo, porque o orçamento é com a Secretária Beatriz. Mas na minha Secretaria, a regularização fundiária cabe a mim. Esse é o compromisso.

A SRA. JÉSSICA LOSNILA DA SILVA – Senhor David, licença.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pode falar o seu nome, por gentileza?

A SRA. JÉSSICA LOSNILA DA SILVA – Jéssica, sou Vice-Presidente do Porto Cristo. Foi chamado o restante dos deputados, vereadores e eles não estão aqui nesta Casa. Eu queria saber onde é que eles estão, porque a gente trouxe um povo esperando resolver uma situação, pelo menos tentar resolver.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Mas vamos trabalhar o que tem hoje, vamos esquecer quem está lá, vamos falar quem está aqui. Hoje nós temos três vereadores aqui, o Marcos Combate veio, o Nilton Souza e o Dr. Santana. Vamos focar aqui no que nós temos, por favor, porque senão não adianta a gente ficar com esse discurso. Vamos focar com quem está aqui e aí a gente avança. Vamos valorizar quem veio. Não é um problema fácil, é um problema difícil. Então vamos valorizar os três vereadores que estão aqui.

David, eu acredito que essa sua demanda, os três vereadores estão à disposição para tentar fazer essa ligação junto com a Prefeitura. Correto, Vereador Dr. Santana? Correto, Vereador Nilton Souza? Correto, Vereador Marcos Combate? Então nós vamos fazer esse alinhamento, está bom, David? Concluir, David, por gentileza.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO – Estou à disposição. Deus abençoe a todos vocês e que vocês tenham sucesso no pleito de vocês.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado, David. Já saímos com uma solução, gente.

Deixar o nosso Deputado Eyder Brasil, morador aqui também de Porto Velho, conhece esse problema, conhece essa demanda. Fique à vontade, Deputado Ey-

der Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Pessoal, boa tarde a todos. Quero saudar a todos com a graça e com a paz do nosso Senhor Jesus. Dizer da minha alegria de estar aqui.

Laelson, quando é que a gente estava lá com a prefeitura? Uns dois meses atrás? Dois meses atrás eu estive na prefeitura, no gabinete do Prefeito Léo Moraes, juntamente com o chefe de gabinete dele, Sérgio Paraguassú — não é isso? —, outros líderes. Tony estava lá também. Inclusive eu quero saudar os dois moradores aqui, amigos. Saudar e registrar aqui a presença do meu amigo Pastor Eliano Alves, que está aqui também, morador do bairro Planalto.

Eu lembro, eu quero fazer um breve histórico. Ano de 2019, meu primeiro ano de mandato, eu sou morador aqui de Porto Velho, nascido e criado, morei desde 1990 no então assentamento União da Vitória. Alguém aqui morou no União da Vitória em 1990? Hernandes Índio, Nete e companhia ali, criaram o assentamento União da Vitória, que é parecido muito com o de vocês, da então empresa Ego.

E isso passou por muitos anos, inclusive, hoje ainda tem algumas moradias que não estão regularizadas, mas que a Sepat, através do trabalho do Governador Marcos Rocha, do David Inácio, Secretário da Sepat, estão regularizando. Quero parabenizar — viu, David? — pelo teu trabalho à frente da Sepat lá. E tem buscado, de fato, resolver.

Em 2019, em primeiro ano de mandato, eu fui convidado, assim como essa reunião aqui, para uma reunião lá no bairro Aparecida. E eu estive lá na associação do bairro Aparecida com a dona Aparecida e os moradores lá do bairro Aparecida. E vivíamos o que nós estamos vivendo agora. E lá eu me comprometi em R\$ 500 mil para ajudar a prefeitura a adquirir aquele terreno, que também estava em litígio.

E esse ano, quando eu retorno para essa Casa Legislativa, o Laelson, o Tony, me convidaram para participar de uma reunião como essa. O que foi que eu falei lá? O que precisa ser feito? Orientação do chefe de gabinete, Sérgio Paraguassú: precisa fazer uma avaliação mercadológica. Eu falei: "Laelson, faça a avaliação mercadológica, que eu vou me comprometer a colocar parte das minhas emendas para resolver."

Assim o disse o David Inácio, Secretário da Sepat, essa é uma pauta que é municipalista, e nós entendemos isso. Mesmo assim, como deputado estadual, nós, moradores do bairro União da Vitória, sabemos o que é viver na insegurança de a qualquer momento sermos despejados. Eu vivi essa realidade no bairro União da Vitória em 1990. Não tinha rua, não tinha saneamento, não tinha energia elétrica e nós desbravamos aquele pedaço de chão ali, no bairro União da Vitória/Esperança da Comunidade. E graças a Deus, com o avançar do tempo, nós conseguimos regularizar.

Assim foi no Crato, assim foi no Trombeta, assim foi no Mucuripe. E eu, já depois de alguns anos, militar do Exército, consegui pagar o valor que a empresa esta-

va pedindo da minha mãe para regularizar a casa dela. Só que, infelizmente, a gente não tem essa realidade para todos. E por isso que todos estão aqui hoje. Porque existe a necessidade de o Estado entrar com o valor para dar dignidade a vocês.

Então, eu sei o que é viver na insegurança jurídica, de a qualquer momento ser despejado e perder uma vida toda. Perder uma vida toda. E aí, nós estamos aqui para isso porque, como foi falado aqui atrás. E aqui, a irmã, que tem uma carta aqui, não é irmã? De compromisso dos vereadores.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - Os vereadores se comprometeram, inclusive o Marcos Combate, a dar R\$ 1 milhão para regularizar a nossa área. E não é possível que esse R\$ 1 milhão não vai sair hoje.

O Deputado Maurício Carvalho esteve lá na Câmara, falou que não tinha como ele destinar o recurso porque não sabia o valor da área.

O SR. EYDER BRASIL – Agora sabe.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - Hoje a prefeitura realizou todo o levantamento e por que ele não está aqui hoje, sendo que ele foi convidado?

O SR. EYDER BRASIL - Quanto é que é?

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - Mas na hora de pedir voto, lá no nosso bairro, eles vão.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Vai, Deputado Eyder. Fala. Só um pouquinho, doutora Juliana.

O SR. EYDER BRASIL - Quanto é que é o valor?

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - O valor da nossa área ficou no valor de R\$ 2 milhões e 700 mil. E aqui, nessa Ata dos vereadores, assinado também pelo Nilton Souza, Dr. Santana. E cadê esse dinheiro que não foi para o Fundo ainda? Cadê, Dr. Santana? Por que esse dinheiro não foi para o Fundo? Porque não é a primeira vez que a gente está aqui, nem na Câmara, não. Está aí o levantamento, a gente já foi lá na Câmara e nada foi resolvido.

O SR. EYDER BRASIL - Amiga, eu posso ler? O Vereador Nilton Souza...

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - Pode, pode ler.

O SR. EYDER BRASIL - Vou ler, vereador, meu amigo.

"Câmara Municipal de Porto Velho - Estado de Rondônia. Ata de assinatura para recolhimento de emendas parlamentares.

Data: 01 de setembro de 2025.

Aos 01 (primeiro) dia do mês de setembro de

dois mil e vinte e cinco (2025), no Plenário da Câmara Municipal de Porto Velho, Estado de Rondônia, foi realizada Sessão Ordinária com a presença dos senhores vereadores, tendo como pauta principal a discussão sobre o processo judicial que trata da reintegração de posse da área atualmente ocupada pela comunidade Porto Cristo.

Durante a sessão, os parlamentares manifestaram preocupação com a situação das famílias residentes na referida comunidade e reconheceram a necessidade de uma solução justa e viável para todos os envolvidos. Em ato de solidariedade e comprometimento social, os vereadores presentes manifestaram publicamente a intenção de contribuir com recursos provenientes de suas emendas parlamentares individuais, com o objetivo de colaborar com o custeio da indenização da área, respeitando os trâmites legais, orçamentários e regimentais pertinentes.

Dessa forma, lavra-se a presente a Ata de Assinatura Para Recolhimento, por meio da qual os vereadores abaixo-assinados registraram formalmente sua adesão ao compromisso de contribuir financeiramente, na medida de suas possibilidades orçamentárias, com a destinação de recursos para ajudar a resolução da situação fundiária da Comunidade de Porto Cristo.

A presente Ata será encaminhada aos órgãos competentes para fins de registro, controle e demais providências legais e administrativas.

Assinam os vereadores abaixo." Nome e assinatura.

E aqui é Sofia Andrade, Fernando Silva, Dr. Santana, Nilton Souza, Thiago...deve ser Thiago Tezzari.

E tem mais 8 que eu não consigo aqui entender quem são, mas... um, dois, três...

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - E hoje, Deputado Eyder?

O SR. EYDER BRASIL - Tem 14 assinaturas, 14 assinaturas. Se cada um der R\$ 100.000,00, dá R\$ 1.400.000,00.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - Então, Vereador Nilton Souza, vamos começar pelo senhor.

O SR. EYDER BRASIL – Espera aí, rapidinho. Só para concluir a minha fala, eu li aqui a Ata, e aqui eu não - quem me conhece um pouquinho sabe que eu não gosto de jogar para a galera. Não sou desse tipo de político, não gosto de jogar para a galera.

Estava até agora há pouco atendendo as pessoas que estavam na minha agenda, que eu tinha me comprometido antes dessa audiência, estava lá em cima atendendo. E vim aqui, porque desde o início, está aqui o Laelson, sabe. A gente falava isso em 2015, 2016, não é, Laelson? Lá no bairro Planalto.

Sempre fui solidário a essa causa porque, como eu falei e volto a repetir, senti na pele o que é isso. E hoje, como deputado estadual que eu sou, eu quero aqui reafirmar o meu compromisso que eu fiz lá atrás, quando eu ainda não tinha mandato ainda, está aqui o Eliano, que sabe. Em 2015, 2016, eu era um pleiteante

à política, eu era um pré-candidato a vereador, mas já estava ombreado com os meus amigos do Planalto I e II.

E hoje, Deus me deu a oportunidade de mais uma vez estar aqui nessa cadeira, ocupando assento e detendo emendas parlamentares.

Então aqui eu não quero fazer julgamento do que o vereador "A" ou vereador "B" falou, isso aí para mim não me interessa. Eu quero me comprometer aqui em R\$ 500.000,00, Laelson.

De uma forma, de uma vez por todas, resolver.
(manifestação da galeria)

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Agora sim!

O SR. EYDER BRASIL – É a minha parte, eu acho que é a minha devolutiva ao que o Porto Velho me deu por dois mandatos como Deputado Estadual.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Agora vai!

O SR. EYDER BRASIL – Eu sou solidário a cada um de vocês. Sem brincadeira.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado, Deputado Eyder Brasil. Muito obrigado, Eyder, pela sua participação. Muito obrigado, viu?

Agora eu queria... Pode falar, Laelson.

Neste momento agora, eu queria dar a oportunidade de fala para uma pessoa que tem um conhecimento técnico, um advogado que trabalhou e trabalha muito em defesa dos moradores desses bairros tão prejudicados, que é o Doutor Renan Maldonado. Tem excelência nessa área.

Vossa Excelência, se quiser falar aqui ou lá na frente, na tribuna, Doutor Renan, fique à vontade, está bom? Pelo tempo que achar necessário.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Oi.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, só um minuto. Quem tem a voz é Doutor Renan. Por gentileza.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Temos R\$ 1.500.000,00. Vamos ver quem vai ser o outro.

O SR. RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar aqui o Deputado Ribeiro do Sinpol, um amigo pessoal, desde o tempo que eu era policial civil. Fico muito orgulhoso de vê-lo aqui nesta Mesa.

Cumprimentar o Deputado Eyder Brasil também, conheço há bastante tempo de Porto Velho.

O Secretário David Inácio, que já ajudou bastante na questão fundiária.

O Doutor Jaires Tavares, fico muito feliz que o Judiciário esteja aqui participando. A gente costuma ver

o Judiciário no gabinete, e quando vemos o Judiciário participando, ficamos muito feliz.

O Defensor Público Eduardo Guimarães, também meus cumprimentos, e ver tanto espírito combativo.

O Doutor Santana que está aqui representando a Câmara Municipal também, conheço por muito tempo.

E cumprimentar todos os moradores, lideranças, Laelson, Marcos, todos que estão aqui. Não vou falar o nome, porque eu conheço muitas pessoas.

E, assim, gente, eu e o nosso escritório representamos aqui três bairros. E a gente já está nessa luta há mais de 15 anos. Desde o início da minha carreira, estamos nessa bandeira.

E, graças a Deus, viemos acumulando algumas vitórias. O bairro Aparecida, eu tenho muito orgulho de a gente termos suspenso, junto com o Desembargador Isaías Fonseca, a liminar, Doutor Jaires. E ele, inclusive, foi um protagonista para fazer isso daqui que a gente está fazendo.

O Doutor Isaías quase conseguiu, há uns quatro anos atrás, reunir mais de R\$ 8 milhões para a questão do bairro Aparecida, mas, infelizmente, não conseguiu efetivar. Então, a gente já teve essa experiência.

No bairro Planalto II, do Laelson, a gente tem muito orgulho de ter ganho uma parte, apesar de ter outra, o Planalto II, que é uma gama de situações.

E o Monte Sinai, que a gente pegou recentemente, do nosso amigo Alex, a gente está representando essa situação.

O que eu posso contribuir, Deputado Ribeiro do Sinpol, nessa situação? Por já ter passado por isso, eu vi aqui a sensibilidade. Essa questão de realmente conseguir avaliação é muito importante. Na época, a gente fez isso lá com um bairro Aparecida.

Eu estava falando aqui com o Doutor Santana também que a gente precisa, além dessa promessa, eu acredito ser necessário chamar o juiz da causa para estar participando disso também, para a gente ganhar legalidade. Porque existe um debate no sentido de até que ponto se pode fazer uma desapropriação. Acho que é importante. O doutor Jaires vai poder ajudar muito nisso. Fico muito feliz.

No bairro Planalto II, nós temos a situação bem urgente da quadra 100. Lá tem escritura. A carta de aforamento a gente também tem que fazer isso.

No bairro Aparecida, nós ganhamos um lado, que bom, fiquei muito feliz, mas o lado B está em situação de cumprimento de sentença. Então, é urgente, Marcos, a gente verificar essa situação.

Eu me coloco à disposição desta Mesa para realmente acolher o que a comunidade está falando. Não sair daqui só com promessas, porque há 15 anos a gente atua e ouve muitas promessas.

Mas fazer o que aconteceu no bairro Universitário, que é o grande exemplo: esse dinheiro ser depositado dentro do processo e a gente ver, realmente, essas famílias tendo uma dignidade e uma moradia.

Então, eu fico aqui à disposição também para ajudar. Deputado, muito obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado, Renan. Obrigado.

Fala, Laelson. Laelson, você quer falar? Deixa o Vereador Dr. Santana rapidamente fazer o uso da fala e, depois, você fala. Ele pediu, por gentileza.

O SR. JARDEL ACACIO KUHLKAMP – Vamos pegar só uma corda e aproveitar que o Doutor Renan falou sobre o bairro Planalto. Meu nome é Jardel.

É interessante que eu queria falar ao Secretário de Regularização Fundiária, só que ele já saiu. É interessante que o bairro Planalto precisa ser o quê? Vistoriado. Vistoriado no quê? A documentação.

Nós sabemos que nós temos documentos em mãos que dizem que toda a área é da União. Nós sabemos que uma boa parte já foi legalizada pela Semud (diz-se SEMDEC).

Muitas pessoas que estão aqui em cima do bairro Planalto têm muito o que fazer, vieram com seus filhos, vieram sem poder estar aqui, vieram para achar uma solução. Nós ficamos felizes porque nossos amigos de outro bairro já conseguiram uma quantia para comprar o bairro. Isso é muito bom, quando a gente vê que há uma solução sendo aplicada. Agradeço ao Doutor Renan, que faz tempo que trabalha com a gente. E, como os demais aqui sabem, muitos têm se comprometido e não têm honrado a casa. É interessante.

Nós queríamos também que o Secretário de terra estivesse aqui, pessoal da CGU (Controladoria-Geral da União), pessoal do Incra, que é uma grande responsabilidade. Nós sabemos que Rondônia, praticamente o Estado de Rondônia é criado através de invasão. São poucos bairros que têm documentação. E nós vimos que não é diferente com nossos amigos. São muitas promessas e muitos pais de famílias estão preocupados. E o Bairro de Planalto não é diferente.

Nós temos que aproveitar enquanto há terra devoluta, para fazer escolas, postos de saúde, a gente sabe que é necessário para o crescimento da cidade urbana. Nós ficamos tristes também porque era para estar aqui um grande líder, o prefeito, para honrar o cidadão. Porque quando chega o tempo de eleição, nós vemos deputado, é vereador, é prefeito, todos entrando no bairro, mas quando está precisando de uma ajuda como o bairro Planalto e os outros demais bairros, a gente não vê a cara desse povo.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Para concluir. Conclua.

O SR. JARDEL ACACIO KUHLKAMP – É interessante também que eu gostei de ver a fala aqui do senhor, muito bom, tenho ouvido falar muito bem do senhor, e nós contamos também com o seu apoio. Nós do bairro Planalto e assim como nossos amigos que estão aqui. Por que a população está se reunindo? Porque a população está cansada. Cansada de ver tantas promessas feitas por esta Casa. Tantas promessas e não são cumpridas.

Fiquei feliz de ver o nosso candidato ali também, o senhor honrando com o seu compromisso. Seria tão bom se todos nós fôssemos assim, desta Casa. Eu estou falando desta Casa. Eu espero que muitas pessoas tenham assistido isso aqui para ver que hoje a população já não está dando crédito para esta Casa. Porque são poucos que honram o que falam. Está bom? Agradeço a oportunidade.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado. Agora, Senhor Vereador Dr. Santana de Porto Velho.

O SR. DR. SANTANA - Primeiramente, boa tarde, Porto Velho.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Vai sair agora os R\$ 500 mil.

O SR. DR. SANTANA - Olha, se for esse boa-tarde para mim, muito obrigado. Mas, boa tarde, Porto Velho! **(manifestação da galeria)**

Primeiramente, eu quero aqui ser justo, cumprimentar a todos com a graça de Deus e parabenizar aqui o Deputado Ribeiro. “Dai a César o que é de César”. Quero reconhecer aqui que eu encaminhei um ofício para os 24 deputados estaduais e para os 8 deputados federais e para os demais senadores e pedi para que abrisse uma Audiência Pública, para discutir isso aqui, para arrecadar fundos.

E, deputado, parabéns pela sua grandeza. O senhor foi o primeiro a responder o meu ofício e hoje o senhor está aqui fazendo esse ato. Porque aqui é a Casa maior. Aqui é uma Casa que representa um saldo bem maior, porque aqui tem dinheiro e muito, graças a Deus. Porque o Estado é rico e os nossos deputados correm. E parabenizar Vossa Excelência por ter esse olhar, e hoje essa Audiência Pública está acontecendo. Espero e eu acredito que vai sair do papel sim, porque aqui é a casa do pires maior.

Quero aqui reconhecer de público, por gentileza o Doutor Eduardo, Defensor Público, se levante. Uma salva de palmas para esse homem aqui. Esse homem aqui tem dado vez e voz, tem lutado nos tribunais, tem ido ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O Miraflores está aqui. Cadê o Miraflores? Está aqui a população. Estava com uma ordem de despejo. Ele foi até o STF e conseguiu revogar. Então, são pessoas assim que nós temos que reconhecer. Uma salva de palmas para esse homem, que ele conseguiu suspender a reintegração do Porto Cristo.

Então, Doutor, muito obrigado. Que a porta do meu gabinete tem sido um anexo da Defensoria, porque eu sou um vereador, assim como os demais, Vereador Nilton Souza, entre outros vereadores, que dá vez e voz à população. Então, eu subo aqui a essa tribuna com o maior prazer e dizer: para onde vão levar essas famílias? Famílias que depositaram as suas economias para construir a sua casa. Famílias que hoje tem neto, filho. Têm famílias que geraram outras famílias ali naquele local.

Não podemos olhar para trás e ver eles apenas como objeto.

Essa Casa de Leis aqui é uma casa muito responsável e acredito que pela condução do Deputado Ribeiro, vamos chegar a arrecadar o valor que requer para nós podermos colocar um ponto final nessa história. Porque aqui foi perdoado R\$ 2 bilhões. E essas famílias também querem esse perdão.

Então, senhores deputados, vamos destacar suas emendas nesse fundo. E esse vereador, naquela audiência, se comprometeu com R\$ 200 mil? É isso que é o meu saldo?

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – R\$ 200 mil, vereador.

O SR. DR. SANTANA – Então, está comprometido, eu vou dobrar esse valor, porque emenda parlamentar é o dinheiro do povo voltando para o povo. E assim será.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Ei, vereador, me tira uma dúvida: quando esse recurso vai para o Fundo para fazer a regularização? O Deputado Eyder falou que esse ano — não é, Eyder? — os R\$ 500 mil que ele se comprometeu vão para o Fundo. E o do senhor?

O SR. DR. SANTANA – Eu já mando o ofício amanhã para a Secretaria, para fazer, já dou notícia, encaminhando o ofício; encaminhando o ofício para vocês, está bom? Então, mais uma vez eu me coloco aqui à disposição. Este ano, pessoal, é um ano decisivo. É um ano em que você vai receber palminha nas costas, você vai receber “o meu considerado”.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Dr. Santana, Dr. Santana, só um aparte, por favor. Eu gostaria que o representante da Comissão de Conflitos Fundiários nos informasse se já foi criada uma conta para o Fundo.

O SR. DR. SANTANA – Sim, senhora.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Que o recurso tem que ir para esse Fundo.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Ele está aqui, ele vai responder.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – É o Fundo para a Regularização Fundiária.

O SR. DR. SANTANA – Já foi criada uma conta. Já foi criada uma conta.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – O Fundo que foi criado, os recursos vão ser destinados diretamente para o Fundo da prefeitura, e a prefeitura vai destinar o processo judicial para poder fazer a desapropriação.

O SR. DR. SANTANA – É isso mesmo, ela está certa.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Esse fundo vai para o Estado ou vai para o Fundo do município? Eu gostaria de saber.

O SR. DR. SANTANA – É um Fundo que o município criou.

O SR. JAIRES TAVARES BARRETO – É o Fundo da lei. A lei que foi criada no município, tem uma lei complementar...

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Mas tem uma lei estadual também!

O SR. JAIRES TAVARES BARRETO – Olha só, esse Fundo foi criado por lei complementar do município. O Doutor Eduardo colocou aqui: Lei Complementar 994/2024. Então já foi criado esse Fundo. Não tem, até onde me falaram aqui, não tem verba ainda nesse Fundo.

A Comissão da qual eu participo não criou o fundo. A gente não está nessa parte de criar fundo. Isso é a parte política. A gente é do Judiciário, a gente não tem essa parte política. Então, tem esse fundo criado por lei, falta só destinar verbas. Aí os políticos estão se comprometendo aqui em destinar essas verbas.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Obrigada pela explicação.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Deputado Ribeiro, a gente queria propor também que depois, mais à frente, depois que terminasse a Audiência Pública, o Senhor reunisse o Deputado Eyder, que se comprometeu com R\$ 500 mil; o Vereador Santana, com R\$ 200 mil, o Vereador Dr. Santana, com R\$ 400 mil, para a gente intermediar junto à prefeitura, para não ficar só nesse papel aqui, que um vai dar, que o outro vai dar.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Juliana, vamos fazer o seguinte: vamos deixar o Dr. Santana concluir. Acredito que essa Audiência Pública serve para isso. É um tema, para o lado político, muito importante, que é a questão da moradia; e nós temos que fazer isso: nós temos que abrir as feridas, as dificuldades que o município e o Estado têm. E nós temos que ter essa oportunidade de trazer vocês, para vocês terem a oportunidade de gritar, de falar o que vocês estão precisando fazer.

O SR. DR. SANTANA – Então, pessoal, outra coisa, o que o Deputado Ribeiro está fazendo aqui, é dando oportunidade de nós arrecadarmos no cofre maior, que é aqui.

Então preste atenção naquele que diz que vai ajudar, depois ele vai bater no seu ombro e você vai cobrar a fatura. E não se venda, por favor.

Então é hora de você valorizar o seu voto e valorizar a sua dignidade. E reconhecer quem luta por vocês. E eu tenho sido um vereador, assim como os demais, que luto por moradia e dignidade à população. Então, mais uma vez aqui, agradeço a oportunidade, que Deus

nos abençoe.

Parabéns, Deputado Ribeiro, por seu olhar sensível à população. E aqui, deputado, eu gostaria de pedir uma coisa para o senhor, olhando nos seus olhos, de uma forma muito carinhosa: que o senhor articulasse com os demais 23; no caso, agora, já tem um outro deputado; então, com mais 22 para arrecadarmos esse recurso, e, assim, nós vamos também bater de porta em porta dos demais vereadores, que ficou condicionado lá de cada um dar R\$ 100 mil, lembra? Então nós vamos fazer essa cobrança.

E teve um que ficou de dar um milhão! Vamos cobrar também. Então é assim que nós vamos fazer. É assim que nós vamos dar vez e voz.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado, Vereador Dr. Santana. Antes de franquear a palavra ao Vereador Marcos Combate, eu convido o nosso líder comunitário, Laelson Lima, do Planalto, a falar pelo tempo que achar necessário.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Laelson, só um minutinho. Olha, do Marcos Combate a gente já tem um milhão, não é, vereador? Agora o Deputado Ribeiro vai dizer quanto ele vai dar.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deixa, só um pouquinho, por gentileza! Vamos manter a ordem! Ouvir o Laelson falar, por favor. Depois a gente vai alinhar isso aí, tá?

O SR. LAELSON DA SILVA LIMA – Meus amigos, boa tarde. Tudo bem, gente? Boa tarde. Boa tarde, gente. Primeiramente, agradecer a Deus. Agradecer a cada um de vocês que ouviram o clamor desse Presidente para estar aqui hoje nesta Casa de Leis. Parabéns a todos do Porto Cristo, parabéns a toda a comunidade do bairro Planalto que está presente.

Deputado Ribeiro, eu quero, em seu nome, agradecer a todos os parlamentares que estão aqui nessa Mesa. E dizer que através da Vossa Excelência, quando a gente chegou humildemente com toda a documentação, levando as problemáticas do bairro Planalto, levando as problemáticas do bairro Porto Cristo, o seu chefe de gabinete, Rodrigo Pope, naquele momento estava em outra reunião, abandonou a reunião e veio ouvir a nossa reivindicação. Imediatamente ele disse: “Laelson, conte comigo, o gabinete do Deputado Ribeiro vai estar disponível para ouvir a comunidade”. E dessa vez a gente fez, convocou a comunidade em plena segunda-feira, e espero que aqui saia realmente algo positivo para todos os senhores da quadra 100, da carta de aforamento.

Falar de regularização fundiária, Deputado Ribeiro, não é para qualquer um, mas muitos vêm na tribuna fazer videozinho de internet, dizer que é o salvador da pátria. Eu assumi a associação em 2012, e de lá pra cá, meus amigos, o bairro Planalto já sofreu 12 reintegrações de posse. E se não fosse primeiramente a Deus, se não fosse o nosso advogado, Doutor Renan Maldona-

do, o bairro Planalto não era para existir. E dessa forma a gente continua firme.

A área que é da União, 28 hectares, passou para o município. A área remanescente do bairro Planalto, o Incra está responsável para fazer o georreferenciamento para passar para o Município de Porto Velho. Mas muita documentação dessa, senhores, a Prefeitura Municipal de Porto Velho está ganhando de mão beijada, um trabalho de um líder comunitário.

A gente esteve em Brasília, a gente fechou a Farquar e a gente veio para o “tudo ou nada”. Vocês têm um presidente que nunca abandonou a comunidade. O meu carro já foi tocado fogo na minha residência, já tocaram fogo na minha casa, mas eu nunca abandonei o bairro. E fico triste, Deputado Ribeiro, que a nossa bancada federal não está se fazendo presente nesta audiência pública.

Aqui ninguém está aqui como criança falando politicagem de ninguém. E muitos políticos e muitas lideranças da capital Porto Velho estavam falando que isso aqui era politicagem, porque não é a casa dele que está na iminência de uma reintegração de posse.

Então, eu queria deixar muito bem claro aqui aos amigos que estão destinando emenda para esse Fundo. A gente fica muito feliz, Deputado Eyder Brasil, representando a Assembleia Legislativa, e o Deputado Ribeiro, que estão aqui presentes. Mas é bom que se frise uma situação muito delicada que vocês não se atentaram ainda. Todo o dinheiro que for para esse fundo, é bom que o senhor destine, diretamente para o município de Porto Velho, o local que vocês vão colocar o valor, porque senão vai cair lá no fundo, e lá a prefeitura pode colocar no bairro que ele quiser. Então vamos se atentar. A gente aqui não é massa de manobra de ninguém.

A prefeitura era para estar aqui. Não é só levantamento socioeconômico que a gente precisa. A gente precisa do prefeito da capital Porto Velho. Então, em nome da Câmara de Vereadores, Dr. Santana, Nilton Souza, nosso amigo Marcos Combate, que está fazendo um trabalho espetacular. Parabéns, Marcos Combate, muitas pessoas falam do seu nome, que o senhor está fazendo sua mídia. O senhor está fazendo um trabalho que muitos não têm coragem de falar o que o senhor está mostrando dentro da capital Porto Velho. Eu não sou muito de falar em rede social, mas eu não tenho medo de ninguém. E quando a pessoa faz, a gente tem que tirar o chapéu. Então, meus parabéns.

Meus amigos, a gente é simplesmente uma formiguinha. A gente é um presidente de uma comunidade, e eu espero finalizar esse meu mandato de presidente, que é o último, já coloquei isso no meu coração. Estou no quarto mandato de presidente do bairro Planalto, eu tenho sonhos futuros.

E eu quero fazer o que eu posso pela comunidade Planalto. E o que depender de mim, igual a Juliana me chamou: “Laelson, nos ajuda?”; e pode ter certeza, Juliana, que você tem um amigo, a partir daquele dia que você me chamou. Se for preciso fechar a BR, nós vamos fechar. Se for preciso, se for preciso a gente vir

para dentro da Assembleia, a gente vai vir juntos. Se for preciso ir para a Prefeitura, nós vamos juntos. Está bom, meus amigos?

Então, Deputado Ribeiro, eu quero agradecer mais uma vez por essa audiência pública. O senhor já está nos ajudando. Viu comunidade? O Deputado Ribeiro já está nos ajudando para que a gente possa estar colocando o nosso problema para toda Porto Velho. Porque esta Casa aqui está sendo transmitida para todo o Brasil, e pode ter certeza, deputado, converse com o Deputado Alex Redano para que eles realmente, com todos os deputados estaduais, possam nos ajudar com emenda parlamentar.

Esse é um ano decisivo, é um ano de política, e os nossos senadores eram para estar aqui. A gente fica muito triste, a nossa bancada federal, não tem um representando a nossa população.

Então, os meus agradecimentos, que Deus nos abençoe. Eu espero que futuramente na comissão, que a gente, eu acredito que o senhor vai fazer essa comissão para a gente poder dar encaminhamento. Deputado Eyder Brasil, muito obrigado. E vamos, só uma observação, recurso para depois o município não colocar em outra localidade. Um forte abraço a todos, que Deus abençoe.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Queria já fazer um... Laelson, fazer um encaminhamento logo para esse pedido que você falou, dentro da Assembleia Legislativa, vocês formarem uma comissão dos líderes aqui, para que nós possamos amanhã já dar continuidade desses recursos, Por gentileza. Quantos são? Cinco, sete, oito?

Passar a palavra agora, ao Vereador Marcos Combate.

O SR. MARCOS COMBATE - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Ribeiro, proponente desta Audiência Pública; cumprimentar o Deputado Eyder Brasil; cumprimentar o senhor David, que já saiu, Secretário de Regularização Fundiária; cumprimentar o Doutor Jaires Tavares Barreto; cumprimentar o Defensor Público Eduardo Guimarães Borges; Vereador Santana; Doutor Renan; e o nobre Vereador Nilton Souza.

Quem deveria estar presente aqui, infelizmente, não está. Nós estamos, deputado, essas pessoas estão cansadas, desacreditadas, andando de audiência pública em audiência pública, atrás de um direito deles, que é o mínimo: a regularização fundiária.

No ano passado, o prefeito de Porto Velho gastou quase R\$ 20 milhões com festas. Esse ano, ele fez um evento de dois dias, esse ano, esse final de semana, ele fez um evento de dois dias, gastando R\$ 2 milhões, que eu denunciei esse evento, superfaturamento. Depois que eu denunciei, caiu Danilo Gentili, Toguro e outras atrações que não estavam previstas.

E esse dinheiro daria para pagar a regularização fundiária do bairro Porto Cristo, do Cascalheira, que é em torno de R\$ 6 milhões. Nós temos aqui Aparecida, Cascalheira, Monte Sinai, Planalto, Porto Cristo, Terra

Prometida. Eu acredito que esses R\$ 20 milhões daria para dar dignidade a esses pais, a esses trabalhadores que têm o seu único bem, que é seu imóvel, e não conseguem dormir, preocupados se no dia seguinte vai ter uma operação da polícia para derrubar suas casas, suas propriedades.

E o que a gente vê, é hoje, um desrespeito total pelo prefeito de Porto Velho, pelo Secretário de Regularização Fundiária, que não está presente nesta Audiência Pública.

Isso mostra que o prefeito de Porto Velho não tem interesse pela população de Porto Velho. O único interesse dele é construir o projeto político para eleger o irmão dele a Deputado Estadual e colocar o tio dele, como vice do senador da República, Marcos Rogério. Um projeto político e familiar, não é um projeto dizendo que ele ganhou a eleição fechado com o povo e fechado com Deus.

A gente vê que já passou mais de um ano, não é somente a regularização fundiária que nós estamos reclamando. Quando se vai dentro de um posto de saúde, você fica seis, quatro, cinco horas esperando o atendimento simples de um clínico geral. Na sua rua está cheio de buraco, está cheio de lama, precisando de cascalho. Cascalheira só tem o nome de cascalheira, lá o barro, a lama está comendo solto, já estive lá várias vezes, já denunciei várias vezes.

Inclusive, fui em uma rua que moram mais de 10 pais de crianças neuro divergentes, de idosos, de pessoas doentes, que o uber não consegue chegar na porta da casa, nem a viatura da polícia consegue chegar quando acontece uma intercorrência policial.

Então nós estamos enfrentando vários problemas. Eu já me comprometi, continuarei me comprometendo. O recurso do vereador é muito pouco, e como eu estou oposição do prefeito, certamente as emendas minhas eles vão deixar para pagar por último. Se não pagar, vou denunciar eles por improbidade administrativa. Vai ser por último, no final do ano.

E o que acontece? É que nós precisamos cobrar o direito e analisar muito bem nas eleições de 2026. As velhas raposas vão aparecer nos bairros de vocês, vão contar promessas bonitas, vão oferecer dinheiro, vão dizer que vai ser assessor de vocês, mas os problemas vão continuar.

Os problemas, a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) vai continuar lotada, a sua rua vai continuar cheia de buraco. Porto Velho nunca teve tão esburacada como está nos últimos dias. Em lugares onde não existia buraco... para você ter uma ideia, o Município de Porto Velho está sem massa asfáltica. Eles não tiveram competência nem de licitar massa asfáltica.

Para você ter uma ideia, o município não tem cascalho, tão furtando o cascalho lá no final, lá para baixo. A cascalheira, acabaram, tiraram de lá, agora foram para outro lugar. Tirando o cascalho irregular, que no futuro, isso vai dar um crime ambiental, que nós sabemos que tem que ter as licenças.

Então, nós estamos vendo vários problemas, e o que a gente precisa, é a construção do diálogo.

Essa Audiência Pública é muito importante, para que se construa um diálogo e se consiga o recurso. Não adianta a gente só conseguir resolver o problema do Monte Cristo, e os outros bairros continuarão no mesmo problema judiciário. E é pouco dinheiro, o Governo do Estado gasta dinheiro exorbitante, faz uma farra com dinheiro público que daria para colocar nessa... Existe uma conta que foi criada na gestão passada, pelo Hildon Chaves, para destinar um recurso.

Inclusive, eu apresentei um Projeto de Lei para que seja incluído dentro da LOA. Ou seja, tem um repasse de regularização fundiária, mas não sei por qual motivo parou na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), da base do Prefeito e deram como inconstitucional esse Projeto de Lei.

Então, a gente vê que os políticos conspiram contra a população. Um Projeto de Lei que viraria lei, incluída dentro da LOA, teria uma porcentagem para destinar para à regularização fundiária. Ficaria como lei, porque hoje nós temos um Projeto de Lei, nós temos uma conta, mas nós não temos quanto vai sair da LOA, dos recursos previstos para 2026, que vão entrar dentro dessa LOA para ajudar na regularização fundiária.

Só para finalizar, Deputado.

Os Distritos que tiveram impacto das usinas, por exemplo, Jaci-Paraná, estão sofrendo. Há vários moradores com as casas rachadas.

Os impactos. O Município de Porto Velho tem uma arrecadação de mais de R\$ 140 milhões por ano dos impactos das usinas. Será que não poderia tirar 5% desse valor e destinar a essa conta para ajudar a pagar as terras?

Além disso, nós temos um Secretário que é dono da metade dessas terras e que é nomeado na Prefeitura de Porto Velho.

Gente, pelo amor de Deus, basta a gente abrir os nossos olhos.

A SRA. JESSICA LOSNILA DA SILVA - É dono de quatro áreas dentro do Porto Cristo.

O SR. MARCOS COMBATE - É dono de quatro áreas e nós precisamos abrir os olhos. Por isso que o Secretário David falou que o município não está fazendo a parte dele.

E eu recebi uma denúncia de que estão privilegiando algumas pessoas naquelas casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, lá dentro.

Supostamente, tem um esquema dentro da Prefeitura em que são escolhidos os amigos de alguém para ter o direito à moradia própria.

Eu não posso falar mais, porque estou respondendo a mais de 18 processos pelas minhas falas, inclusive criminal. Então, eu tenho que me resguardar.

Quero agradecer a oportunidade e parabenizar novamente o Deputado Ribeiro do Sinpol. Nós precisamos de ajuda, essas pessoas precisam de dinheiro, dinheiro para pagar suas terras e dar moradia para eles.

Muito obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado.

Quero escutar agora o Vereador Nilton Souza, policial penal, morador de Porto Velho. Vamos lá, Nilton.

O SR. MARCOS COMBATE - Eu já garanti, está aqui.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - A gente quer ouvir o senhor falar no microfone. Quanto que o senhor vai dar?

O SR. MARCOS COMBATE - Deixa eu te falar, eu me comprometi com você. Vai ter que ser fracionado, porque o vereador, se eu não me engano, tem R\$ 1 milhão e 600 mil.

Metade desse valor vai para a saúde. Desse valor, é obrigatório ir para a saúde, e os deputados sabem disso, é obrigatório. Entendeu?

Não sei nem qual é o valor da emenda que vai ter neste ano de 2026. Se é R\$ 1 milhão e 600 mil, se vai ter o superávit. Se tiver o superávit, nós vamos ter mais, não é isso? R\$ 2 milhões.

A minha palavra é uma só: o dinheiro é para ajudar o povo. É o fruto do esforço das pessoas.

Se a gente não conseguir dar este ano, vai fracionar para o ano que vem. Mas o que a gente tem que ver é que a Prefeitura também tem que colocar recursos. Não são só os Vereadores, não.

A prefeitura, porque esse é o trabalho social que ela tem que fazer. A Secretaria de Regularização Fundiária serve para um único objetivo: de ajudar as pessoas menos favorecidas que sofrem por condição de moradia. É para ajudar. Dinheiro tem para isso.

E as minhas emendas estão garantidas, como eu comprometi.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – R\$ 400 mil?

O SR. MARCOS COMBATE – Não, é o valor que eu disse.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – R\$ 1 milhão?

O SR. MARCOS COMBATE – R\$ 1 milhão. Entendeu? Esse ano não tem possibilidade de ser um milhão. É fracionado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Vereador Nilton, por gentileza.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Para esse ano, deputado...

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Depois que a Juliana prendeu o microfone, a Juliana...

O SR. NILTON SOUZA – Calma, calma, Rosália. Calma, Rosália.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Espera aí, Nilton.

Vereador Marcos Combate, para esse ano, nessa fração, qual é o valor? Porque eu estou anotando aqui?

O SR. MARCOS COMBATE - Eu convido vocês para irem ao meu gabinete e a gente já sair de lá com o valor.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Não, todo mundo quer saber.

O SR. MARCOS COMBATE - Minha amiga, eu não posso falar uma palavra aqui para depois ser usada contra mim. Eu quero falar algo concreto. Não falar uma palavra **(ininteligível)** com isso, e de repente não acontecer o que a gente falar.

Eu convido vocês para irem ao nosso gabinete amanhã e eu vou te falar o valor exato que nós temos, que foi destinado da emenda ainda este ano. Mas vai ter o superávit. Eu não sei quando vai ter o superávit.

O município de Porto Velho perdeu mais de R\$ 300 milhões de arrecadação. Não sei se vocês viram, mas perdeu. A arrecadação do município caiu e vai impactar todas as áreas do município.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA - Nós vimos, e o orçamento do município continua o mesmo de 10 anos atrás, não mudou nada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Agora, o Vereador Nilton Souza, por gentileza.

O SR. NILTON SOUZA - Rosália, para de ficar querendo criar treta.

Pessoal, boa tarde. Primeiramente, inicio minha fala agradecendo a Deus pela vida, saúde e oportunidade.

Cumprimento o Presidente, que propôs a Audiência Pública, Deputado Ribeiro do Sinpol, nome pelo qual cumprimento todas as autoridades que compõem esta seleta Mesa.

Eu não entendo tanto de Direito, igual os técnicos que compõem aqui, mas o artigo 6º da Constituição Federal dá o direito à moradia a todos, pelo município e pelo Estado.

E o que eu vejo são vocês se reunindo, fechando a BR, porque eu participei, juntamente com a Juliana que está aqui presente, é testemunha da minha presença na ação, participando na Câmara. Eu vejo isso aqui, Deputado Eyder, uma humilhação. A pessoa está se humilhando para ter a sua residência, para ter a sua moradia. É uma humilhação.

Dizer também que esse problema não foi causado hoje. Eu tomei conhecimento que isso já perdura para mais de 14 anos, não é isso? Aproximado. Quantos? 13 anos. 15 anos. Entre 13 e 15 anos. E não foi resolvido. Agora, novamente, ano de 2026, muita gente participando, dizendo que vai ajudar.

O próprio município, o Estado, eles podem sim, já era para terem resolvido esse problema, se quis-

sem, sem ficar dependendo de ajuda de parlamentar daqui e dali, vereador ou deputado. Porque o coletivo, eu aprendi que o coletivo prevalece sobre o individual. Ou eu estou errado? Não é isso? O coletivo prevalece sobre o individual. E é um direito de vocês.

Então, eu acredito que agora que foi criado um Fundo, todos podem contribuir de alguma forma, mas que não seja só falácia. E eu continuo, conforme está assinado aí no papel, o que foi prometido lá na Câmara de Vereadores. Eu não vou aqui dizer que eu sou um superpoderoso, que vou fazer promessa aqui para não cumprir, porque não é o meu perfil.

E quem me conhece sabe disso, que eu também vim da comunidade. É o meu primeiro mandato, um ano e cinco meses aproximado, com emenda parlamentar de R\$ 1,6 milhão aproximados. 50% desse valor é destinado para a Saúde.

Destinei recursos para a Atividade Delegada, que é também para garantir a segurança de vocês, que além da moradia, vocês precisam da segurança pública. E eu investi lá R\$ 300 mil para a Atividade Delegada, ações sociais que eu já faço há mais de 23 anos, ajudando, vocês que eu falo, todos os moradores, que por onde eu passo, nos bairros.

Então, no que tange à questão emenda, irei cumprir o valor de R\$ 100 mil, conforme foi combinado lá atrás na Câmara, e irei conversar com a Deputada Ieda, que eu tenho uma afinidade, para juntos colocar um valor a mais, porque o deputado tem essas condições.

E parabeno o Deputado Eyder em ter já disponibilizado aqui um valor de R\$ 500 mil, está, Deputado Eyder? Parabéns. Parabéns. O deputado tem essa estrutura maior. Não quero aqui levar responsabilidade para ninguém, porque cada um sabe do seu compromisso. E quem sou eu para apontar o dedo para alguém?

E o tema desta Audiência Pública é para discutir, é para tentar solucionar o problema de vocês. E que esqueçamos, por enquanto, diversos outros problemas e focar aqui na resolução do que precisa ser resolvido hoje, o quanto antes. Vocês precisam garantir a moradia.

E o que está em questão? Dinheiro. Vocês precisam buscar dinheiro. Se juntasse a bancada federal, os deputados federais, senadores, deputado estadual e vereadores, já teriam resolvido isso aqui há bastante tempo. E, antes disso, o próprio município e o Estado em gestões anteriores.

Não é só também, vamos ser justos, não se trata apenas dessa gestão e nem da que passou, a do Hildon, porque como foi falado aqui, há aproximadamente 15 anos. Então, muitos que passaram, deixaram a desejar.

Não é o momento de apontar o dedo, é o momento de se resolver. E é isso. É a diplomacia, é o diálogo, não se resolve com o pé na porta, se resolve conversando, sensibilizando. Contem comigo. Não vou ficar mentindo para vocês. Ninguém tem moral para me ver em lugar nenhum e me chamar de mentiroso, dizer que eu prometi alguma coisa e não cumpri.

Então, eu quero manter isso aqui dentro do equilíbrio e da diplomacia. Muito obrigado, que Deus

sempre continue abençoando a todos.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado, Vereador Nilton Souza.

Eu queria escutar aqui o Senhor Genivaldo da Silva. Se encontra ainda? Senhor Genivaldo, o senhor pediu a palavra. Está franqueada a Vossa Excelência.

O SR. GENIVALDO DA SILVA NASCIMENTO – Boa tarde para todos. Eu quero cumprimentar todas as autoridades, Excelências, senhoras e senhores. A gente faz parte da Comunidade Terra Prometida, rural, na BR-319, KM 5,5. Tivemos reuniões na Câmara de Vereadores, dia 22 de setembro. Fomos, graças a Deus, muito bem amparados pelos vereadores, pelo Presidente da Câmara. Tivemos umas pautas muito importantes para a nossa comunidade.

Tratamos lá também da regularização fundiária de várias localizações na beira da BR-319. E está forma de regularização se tornava a Lei ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), para que na beira da BR tivesse agrovilas, porque a prefeitura de Porto Velho não está dando apoio suficiente para que essas comunidades cheguem e fiquem firmes nos seus projetos.

Nós não temos lá o apoio para termos um posto de saúde, nós não temos o apoio para o ônibus ir lá para dentro. Agora, graças a Deus, nós estamos tendo a flexibilidade de algumas autoridades, alguns vereadores, alguns deputados que estão indo lá e estão doando a mão para aquela comunidade. Porque se torna em fase de regularização.

Nossa área de terra lá também já tem 10 anos, a nossa Comunidade Terra Prometida, tem na faixa de 300 famílias, o Doutor Renan conhece a área lá, não é, Doutor Renan? É uma área sofrida, é uma área que as pessoas vêm lutando há muito tempo para regularizar aquela área. E a gente conta aqui com o apoio desta Casa.

A gente conta com o apoio desta Casa também, porque temos não só a Comunidade Terra Prometida, mas nós temos uma liderança, lá, de aproximadamente oito, nove ou 10 presidentes de associações das suas comunidades.

Então, ao sabermos desta Audiência Pública, nós interagimos em vir e apresentar também este projeto para Vossas Excelências, para que vocês também possam custear, para que vocês possam olhar com carinho para os moradores da BR-319, para que aquela lista se torne uma lei; e essa lei se chama ZEIS, para que lá se tornem bairros na beira da BR-319.

Aqui eu quero também agradecer a um grande amigo que partiu, o Doutor Nelson, advogado, que sempre esteve do lado da gente ali, custeando, lutando para o bem-estar da comunidade. Quero dizer para o nosso amigo Laelson, lá do Bairro Planalto I e II, que acompanhei o sofrimento dele, quando a casa dele foi queimada, as coisas dele.

E dizer para o povo do Planalto I e II que se mantenham firmes, que eu tenho a certeza que Deus está nesse negócio e todos que vão sair daqui vão sair

com todos os seus projetos em mãos, em nome de Jesus. Obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Quero franquear a palavra, rapidamente, ao Pastor Reginaldo, morador do Porto Cristo.

O SR. REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA - Boa tarde para todos. Boa tarde ao nosso Deputado Ribeiro do Sinpol. Boa tarde para todos os moradores do Bairro Porto Cristo.

Cadê o Bairro Porto Cristo, está aqui?

Quero parabenizar ao deputado por esse apoio, por essa atitude, por colocar o seu gabinete à disposição dessas comunidades, por ser sensível aos anseios dessa comunidade e sempre estar com a gente, nos ouvindo e tentando buscar uma maneira de resolver essa problemática, como dizem alguns vereadores, já vem de muitos anos essa problemática.

Está aqui também o nosso amigo Laelson, do Planalto e toda a comunidade. Cadê a comunidade do Planalto, aqui presente?

Eu quero dizer a todos que estão aqui, deputados, vereadores, os que já foram também, que os nossos anseios, que as nossas guerras e as nossas lutas têm sido travadas em uma data muito extensa e essa comunidade tem sofrido. Como alguns disseram nesse momento, o poder público municipal não se faz presente nessa demanda que é de suma importância para a comunidade.

Quero também aqui agradecer pela vida e pela presença do nosso Doutor Eduardo. É um parceiro, é um amigo, é um companheiro. E eu tenho reconhecido dentro daquela comunidade o seu trabalho. Sempre tenho salientado e dito que o Doutor Eduardo é um cara que se dispõe pelas comunidades vulneráveis e sempre está disposto a resolver e ajudar essa comunidade. Deus possa abençoar a sua vida e te conceder muita saúde, muita paz, meu amigo. Você é um canal de bênção naquele lugar.

E eu quero dizer a todos que estão aqui, a esta comunidade, como eu sempre tenho dito, que aqui dentro, nesse momento, é um momento de discussão, de diálogo, de procurar a solução. Nós já estamos bem entendidos que a solução do Bairro Porto Cristo, a solução do Bairro Planalto, é um decreto de desapropriação.

É necessário, deputado, uma intervenção do Poder Público Estadual, do Governador do Estado de Rondônia, do Prefeito do Município de Porto Velho, que venham decretar. Por quê? Falamos sobre recurso. O município tem recurso porque isso para o município não é nada. É como diz o ditado: "é dinheiro de comprar picolé". A questão dos valores. Como o Vereador Combate disse, nesse final de semana foram gastos R\$ 2 milhões em videogame. Levou a molecada para jogar videogame. Ou seja, você joga videogame hoje e amanhã você perde a sua casa.

Então, comunidade, nós temos que lançar as responsabilidades às autoridades maiores. Ao governo do Estado. O Governo do Estado, por intermédio do Go-

vernador Confúcio Moura, em 2015, ele baixou o Decreto de desapropriação do bairro Universitário e, no automático, por uma emenda parlamentar do deputado, eles conseguiram negociar e reverter a situação do Bairro Universitário.

Então, nesse momento, quem está nos vendo, está nos ouvindo, por intermédio dessa filmagem, aonde estiver chegando às nossas autoridades maiores, nós precisamos que eles sejam sensíveis a essa problemática.

Esta comunidade, deputado, já tem nos acompanhado na Câmara Municipal. Ali nós ficamos três dias alojados, acampados. Esse Projeto de Lei foi desengavetado e a gente colocou em votação por duas sessões e foi votado no ano de 2023. Reforçamos no ano de 2024, reforçamos no ano de 2025, e eu sempre tenho dito para essa comunidade, se for preciso no ano de 2026 a gente balançar as estruturas das autoridades maiores e expor que as nossas autoridades, prefeito e Governador do Estado têm abandonado essas comunidades não garantindo a eles o direito de moradia, aquilo que a Constituição Federal dá para as comunidades vulneráveis, a gente vai balançar as estruturas. Porque hoje nós viemos aqui conversar amigavelmente, mas se possível for, a gente vai acampar, a gente vai alugar, a gente vai dormir no chão, a gente vai balançar as estruturas.

Esse ano, comunidade, é o ano de resolver, é esse ano. Ano que vem a gente não resolve nada. Esse ano está todo mundo saindo. E a gente tem que olhar com olhar de carinho e de respeito por alguém que nos abraçou, por alguém que olhou para a comunidade, por alguém que botou a sua cara a tapa. Por quê? Porque hoje só tinha aqui nesta Casa dois deputados; e os demais, e os demais deputados?

A Rosália sabe. A gente, no ano de 2024, andamos em 24 gabinetes aqui, protocolando o pedido de providência para que os deputados viessem a ser sensíveis à problemática do bairro Porto Cristo, que é insignificante. São R\$ 2 milhões e 600 mil, é o problema do bairro Porto Cristo. Então, nós entregamos aos 24 deputados um pedido de providência. E nós não ouvimos nenhum deputado, passamos por várias audiências. Essa não é a primeira audiência, deputado. Essa não é a nossa primeira audiência. Não é a nossa primeira audiência, não é a nossa primeira reunião.

Nós já conversamos com vários deputados. E todos os deputados disseram, Deputado Ribeiro do Sinpol, que iam nos auxiliar, que iam nos ajudar. E hoje essa comunidade, em pleno ano político - por que esse ano, Nilton Souza, é um ano político - em pleno ano político, ainda estamos aqui discutindo dignidade. Porque reintegração de posse para essas famílias é acabar com as suas dignidades, é destruir as suas vidas, é destruir as suas histórias, é acabar com os seus legados, é acabar com aquilo que foi construído dentro dos bairros.

Reintegração de posse para dentro do município de Porto Velho é uma vergonha para o prefeito. É uma vergonha para o governador. Por quê? Porque essas áreas, quando a gente ocupou, eram áreas onde as pessoas colocavam defuntos, mortos, é onde fazia, colo-

cava carros velhos, motos. Ela era a área que ninguém queria passar, que ninguém queria transitar. Mas os moradores que estão aqui foram lá, ocuparam, limparam, deram dignidade. E hoje temos áreas consolidadas, com energia pública, com coleta de lixo, com pavimentação, dentro do Município de Porto Velho. E hoje o município tem virado as costas para nós.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Para concluir, Reginaldo.

O SR. REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA - Meu deputado, eu vou concluir.

É revoltante e eu espero que todos que estão aqui nos ouvindo, a partir de hoje, não venham derreter seus corações, que nós possamos aquecer mais os nossos corações, porque não está resolvido o nosso problema, não. O nosso problema não foi resolvido ainda.

E aqui eu quero agradecer a presença de todos que vieram aqui. Todos os moradores que saíram da sua casa e deixaram a sua vida. Nós temos uma amiga aqui, Deputado Ribeiro, em especial, que é a Letícia. Ela sempre está comigo naquela comunidade e ela sempre está trazendo para aquelas famílias, para as crianças, um projeto social. Ela e sua mãe sempre a apoiando aquela comunidade, sendo sensível àquelas famílias que estão ali. Quero agradecer a Letícia por estar aqui neste momento. Eu quero dar só uma palhinha para ela. Pode falar.

A SRA. LETÍCIA VITÓRIA LIMA DA SILVA - Muito boa noite a todos. Boa noite, Deputado Ribeiro do Sinpol. Agradeço a todos pela oportunidade de falar. E muito boa noite, bairro Porto Cristo, que está aí em cima. Vocês sabem que têm o meu carinho, o meu coração. E desde então são cinco anos desse olhar ao bairro Porto Cristo e, principalmente, às nossas crianças, é o meu olhar total para as crianças.

E venho aqui falar que vocês tenham esse consolo maior ao bairro Porto Cristo. São crianças que estão crescendo ali, vendo e acompanhando tudo isso que estão passando, e não é isso que a gente realmente quer. E acompanhando todo esse tempo o bairro Porto Cristo, essa luta por regulamentar, ter essa regularização de tudo. Então eu peço que vocês tenham um olhar maior a esses bairros, não só o bairro Porto Cristo. É um bairro que tem o meu coração, as crianças sempre querem estar ali acompanhando todo esse tempo. Então é isso, muito obrigada. Bairro Porto Cristo, vocês têm o meu coração, podem contar comigo para o que der e vier, e eu estarei aqui para vocês. Muito obrigada a todos.

O SR. REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA - Antes de eu concluir a minha fala, eu quero pedir ao Deputado Ribeiro que se coloque de pé. Essa comunidade vai aplaudir a sua pessoa. O senhor disponibilizou o seu gabinete, o senhor esteve presente com a gente, é um homem guerreiro, é um homem temente ao Senhor, temente a Deus. E eu quero pedir a todos, o bairro Planalto, o bairro Porto Cristo, que aplaudam a pessoa do

Deputado Ribeiro.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado, obrigado Pastor Reginaldo, obrigado a todos.

Eu quero aqui nesse momento, vou passar a palavra para a Rosália e depois nós vamos finalizar a audiência. Mas eu quero muito agradecer a presença de todos. Acredito que nós saímos daqui com soluções. Nós vamos propor uma comissão. Essa comissão vai ser formada aqui com o Laelson, a Juliana, o Pastor Reginaldo, a Rosália. Eu me proponho a ajudar a nós irmos em Brasília também buscar recursos federais, ajudar com custeio de passagem, né, Nilton? As emendas federais também para ajudar a comissão. Eu acho, acredito agora é o momento de união, união de todos para que nós possamos sair daqui cada vez mais fortalecidos.

E agradecer muito a presença, nós temos aqui autoridades, além dos políticos, nós temos aqui pessoas importantes, que é a Vossa Excelência aqui, o Juiz representando o Tribunal de Justiça. Muito importante o senhor estar aqui. Muito obrigado, Doutor.

O Defensor Público também, é um cara sensível a toda essa problemática. Muito obrigado, Doutor, por estar aqui. Parabéns pelo coração cheio de bondade. E nós saímos aqui cada vez mais fortes.

Eu acredito que nós saímos com vários encaminhamentos aqui.

Por gentileza, Rosália.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Deputado, antes de eu falar, eu peço que o senhor permita que a representante do Monte Sinai se manifeste, porque ela pediu uma parte e eu vou falar bem pouquinho. Deixa ela falar primeiro. Obrigada.

A SRA. EVELYN FÁTIMA DE SOUZA - Boa tarde a todos. Meu nome é Evelyn. Nós somos do bairro Monte Sinai, somos liderança lá na nossa comunidade.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Seu nome, por gentileza, só?

A SRA. EVELYN FÁTIMA DE SOUZA - Evelyn.

Deputado, gostaria aqui de dar a palavra o seguinte, uma situação que aconteceu conosco numa audiência, onde foi feito o REURB-S pela prefeitura, assinado e conclamado por todos os vereadores, inclusive pelo prefeito da gestão, e que, não muito distante, tivemos uma audiência em que a prefeitura se isentou de qualquer responsabilidade com relação ao REURB-S, com relação aos bairros que estão em litígio.

Então, eu gostaria que essa Casa tivesse a responsabilidade que a prefeitura não está tendo com as comunidades e nem o respeito com os moradores, segundo o próprio prefeito, diz que foi eleito pelo povo. Então, se o povo deu essa credibilidade a todos, por que agora, nesse momento, está virando as costas para quem os colocou lá?

Então, assim, eu gostaria que essa Casa tives-

se o respeito com todos os moradores dos bairros em litígio, não vou citar aqui os bairros, que são esses que estão presentes, que já foi dito. Que essa Casa tivesse o respeito que a prefeitura de Porto Velho não está tendo com relação às comunidades.

Se hoje há um prefeito, foi eleito pelo povo. Deus auxiliou, mas quem colocou na urna, foi o povo. Então, essa Casa, eu gostaria que não tivesse a falta de respeito com que a prefeitura está lidando com essa situação, com cada um que mora aqui em Porto Velho e que está com as suas casas com esses problemas, tá, somente. Obrigada, boa tarde.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado. Pois não, Rosália?

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Deputado e representante da Comissão de Conflitos Fundiário, Defensoria Pública, Deputado Eyder Brasil, Vereador Nilton, Vereador Santana, Doutor Renan, meu amigo... O que eu quero propor aqui, nesse exato momento, é que todas as comunidades que estão com liminar de despejo, o valor é muito alto, altíssimo. O município não tem condições de comprar, de adquirir todas as áreas e nem as emendas parlamentares, nesse momento e nesse ano, que é um ano de eleição, também não tem. O senhor concorda?

A minha proposta aqui, para a gente tentar finalizar e acertar aqui nessa audiência, é que proponho para o Vereador Santana, Vereador Marcos Combate e o Vereador Nilton, que se juntem e transformem em Projeto de Lei todas essas comunidades independentes da REURB-S, da Comissão de Conflitos Fundiários, em ZEIS, Zona Especial de Interesse Social. Todas essas comunidades que estão com liminar de despejo.

O que nós vamos levar em consideração, Deputado Ribeiro? Os benefícios que estes lugares onde moram nossas famílias, elas permaneçam lá. Se você criar uma ZEIS, o Porto Cristo, uma zona especial, O valor, mesmo que tenha que ser feito por uma imobiliária, esse valor vai decrescendo. Por quê? Porque o município investiu, o Estado tem investimento, e assim a gente tem que levar em consideração essas questões. Tem dívida? Sim, vamos levantar essa dívida e vamos colocar como o valor que o município vai estar abatendo da dívida do proprietário.

Tem asfalto? Vamos tirar um valor que a infraestrutura que aquele terreno foi beneficiado. Eu me comprometo com os três vereadores a estar trabalhando esse Projeto de Lei, porque a minha instituição trabalha com isso no Brasil inteiro.

Esse valor de R\$ 2 milhões e 700 mil vai cair ali para R\$ 1 milhão e 200 mil. De R\$ 26 milhões, minha gente, que nós estamos discutindo aqui, de todas essas comunidades que estão com liminar de despejo, se a gente criar todas elas como Zona Especial, sabe quanto vai dar isso? Fazendo esse decréscimo, nós não vamos chegar a pagar R\$ 8 milhões. Esses R\$ 8 milhões são possíveis de arrecadar. Mais do que isso não tem condições.

E eu quero me comprometer tanto aqui com o

Deputado Ribeiro do Sinpol, quanto com o Deputado Eyder, quanto com os três vereadores que estão aqui, e ainda mais o representante da Comissão de Conflitos Fundiários e a Defensoria Pública. Porque, quando muitas cabeças se juntam, sai coisa boa.

Agora, não dá a gente, nesses 15 anos, ficar andando para lá e para cá e não ter uma solução. E as nossas famílias precisam de respostas. Eu quero que o deputado vá lá na minha casa. Eu quero que o vereador vá na minha casa tomar um café, sem ser período de eleição, certo? Não é no período de eleição que eu o quero conhecer. Eu o quero conhecer antes e depois.

Nós temos que criar vínculo. E, criando vínculo com a comunidade, você resolve muita coisa em pouco tempo, com poucas palavras. E é isso que eu gostaria que o nosso povo aqui em cima convidasse os nossos parlamentares para nos visitar, para eles conhecerem a nossa realidade.

Se coloquem no nosso lugar. E vocês são bem-vindos em cada uma dessas comunidades aqui.

E hoje a gente já tem alguma vantagem. Por quê? Porque já tem alguns parlamentares que já se disponibilizaram para essa questão. O dinheiro vai ficar lá no fundo até a gente fazer esse levantamento.

O Governo do Estado diz que deu estrutura para a prefeitura. Então está fazendo o quê? A gente precisa saber. Não tem como você receber uma estrutura dessas e não fazer nada. Vocês concordam, minha gente?

Então, meu povo, vamos trabalhar no coletivo. Se a gente trabalhar no coletivo, nós vamos conseguir resolver o nosso problema. Vamos ter uma boa convivência com o Poder Público, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Todo mundo está trabalhando pela mesma causa.

Então, a minha fala é essa. E amanhã, se já tiver um horário, pode me adicionar, que eu estou aqui disponível para contribuir.

Muito obrigada. Boa noite.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado, Rosália.

Quero só... Ela pediu a palavra ali. Como é o seu nome, por gentileza? Pode falar brevemente.

A SRA. MARIA ANTÔNIA OLIVEIRA DE ALMEIDA - Eu me chamo Maria Antônia e sou da BR-319, da margem esquerda.

E o motivo de a gente estar aqui hoje, veio aqui e se juntou nessa caravana é porque a gente quer dizer que a gente está lá e a gente tem comunidades consolidadas. E, já que não houve fiscalização da parte da prefeitura, a gente pede à Defensoria e ao Ministério Público – que hoje a situação para o nosso lado é o Ministério Público – sendo que a prefeitura não monitorou.

Hoje tem comunidade lá, como Cidade Alta, entre outras, que têm mais de 10 anos. Eu moro no Terra Prometida Rural, porque nós temos a urbana, e eu estou lá há seis anos. Eu estou lá.

Então, o que eu quero dizer para vocês, bancada de vereadores e deputados, é que vocês também

olhem para a margem esquerda, para as comunidades que estão consolidadas. Elas já existem. Tirar aquelas famílias de lá, elas não estão lá passeando, não. Quem mora lá, como eu, há seis anos, não tem outra moradia. E quem mora lá também não tem outra moradia.

Então, que vocês olhem para o lado de lá também, onde tem um grande grupo de pessoas, de famílias, que votaram em vocês. Todos vocês que estão aí têm eleitores lá do outro lado, e pedimos esse olhar de vocês. E, desde já, fica o meu agradecimento.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Muito obrigado.

Eu participei, acho que foi ano passado, de uma Audiência Pública do Terra Prometida aqui. Eu participei. Obrigado pela presença de vocês do Terra Prometida também. Eu sei que é uma situação muito delicada.

Então, nós temos agora o encaminhamento. Vamos formar essa comissão, Laelson.

Laelson, você vai falar? Só para concluir.

O SR. LAELSON DA SILVA LIMA – Deputado Ribeiro, em nome da nossa comunidade, a gente fica muito feliz por essa audiência e falar para a nossa comunidade, falar para a comunidade do Porto Cristo que a gente vai começar agora a pouco, vamos sentar ali e discutir a comissão para a gente tratar o assunto diretamente com o seu gabinete, para a gente ter mais gabinetes para a gente tratar o assunto.

E só falar com o nosso Defensor, que na hora eu estava bastante agitado, o bairro Planalto tem quatro situações, Defensor? A área da União que o senhor falou, mencionou, ela já foi passada para o município. E a gente já está até pagando em IPTU, já, graças a Deus, os 28 hectares. Só que aí, no bairro Planalto, tem um lote 109-A que está sendo cancelado o Título pelo Incra, que está em Brasília, que é essa agenda que a gente vai fazer a comissão, a gente vai tratar diretamente, porque está paralisado o processo lá há mais de um ano.

E aí a gente vem para a Carta de Aforamento dentro do bairro Planalto, que é essa área que precisa realmente estar discutindo junto com o SPU, Patrimônio da União, mas infelizmente a gente não teve êxito. E a quadra 100, que era uma área do Incra, passou para o município de Porto Velho. O município de Porto Velho passou para um particular. E esse particular vendeu para essa empresa chamada Imobiliária Ipê. A gente tentou realmente cancelar esse Título, na época do ex-prefeito Mauro Nazif, foi feito um processo administrativo, mas infelizmente, quando chegou na Procuradoria do município, em vez de o Procurador dar a canetada final no contencioso para passar a área para o município, ele deu favorável à empresa e aí deixou a gente à mercê.

E a gente fica triste hoje, está tratando o assunto de compra de área, que sabendo que essa área era uma área pública, mas dentro de Porto Velho existe muita irregularidade de terra, né? Então, a gente só tem que tentar resolver.

Mas a gente fica muito feliz pelo atendimento

que o senhor vem dando às outras comunidades e atenção especial. Então, Doutor Renan, muito obrigado. Comunidade do Bairro Planalto, obrigado. Comunidade do Porto Cristo, muito obrigado a todos.

E pode contar, meus amigos? A gente simplesmente começou e a gente, com fé em Deus, a gente vai chegar no objetivo final. Obrigado, deputado Ribeiro, que Deus nos abençoe.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado, Laelson. Gente, essa foi uma Audiência Pública, nós estamos na Casa do Povo, uma Assembleia Legislativa. Isso é um ato político, porque nós sabemos que hoje, para que nós possamos abrir as portas, para que nós possamos ter as nossas construções, o diálogo, nós temos que ter a parte política.

Mas aqui não foi feito, eu tenho certeza que essa Audiência Pública será muito diferente das outras, porque aqui nós queremos sair daqui com encaminhamentos e com soluções para que nós possamos destravar cada vez mais, achar o dinheiro, achar o recurso e tirar esse problema da regulação fundiária desses bairros. Só deixar isso registrado para todos vocês.

Também percebi aqui, é um tema muito novo para mim, mas que a minha assessoria me fez material, fez que eu tivesse uma produção, que eu tive que estudar para estar aqui um pouco, para aprender um pouco dessa regularização fundiária. Mas eu percebi que nós temos aqui pessoas técnicas, nós temos esse Juiz de Direito aqui, o Doutor Jaires Tavares Barreto, ele não está aqui substituindo o Presidente do Tribunal de Justiça porque ele está na assessoria, não; é porque ele está trabalhando nessa área de regularização fundiária junto ao município, ao Estado e representando o nosso Tribunal de Justiça.

Muito obrigado pela sua presença por ficar aqui até o final. Muito obrigado, uma salva de palmas, porque são as pessoas técnicas que nos ajudam muito para poder destravar.

Vocês também conhecem muito o trabalho do Defensor Eduardo, o cara que conhece tudo, sabe dessa problemática também, está aqui até o final. Muito obrigado pelo senhor estar aqui também. Você é um cara sensacional.

Nós fizemos, para conclusão, a parte política, nós fizemos ofícios para todas as bancadas do Senado, deputados federais. Nós fizemos também para os vereadores, nós temos que respeitar que os vereadores que vieram aqui e estão junto conosco. Então, são vereadores que estão junto conosco e que merecem todo o apoio desses bairros. Então, eu quero agradecer muito aqui ao Vereador Santana, Vereador Nilton Souza e o Vereador Marcos Combate também. Uma salva de palmas para eles.

Obrigado por você estar aqui conosco, o meu amigo Deputado Eyder Brasil, daqui de Porto Velho também. Sabe a problemático. Ele nasceu aqui. Muito obrigado por você estar aqui.

Nós temos aqui agora, para fazer essa comissão, algumas pessoas que estão aqui são assessores de

parlamentares. Então, eu queria muito que essas pessoas continuassem dentro da comissão e que fossem escolhidos dois de cada bairro aqui. Dois do bairro Aparecida, dois do bairro Cascalheira, dois do bairro Monte Sinai, dois do Planalto, Porto Cristo, Terra Prometida... Terra Prometida é da 319, né? Vocês, qual o nome da associação? Terra Prometida Rural. Pode falar, Alex.

O SR. ALEX SANTIAGO DO NASCIMENTO – O Monte Sinai tem questão aí, eu acredito que não seja o deles, né? Não é. É lá do lado do Monte Sinai só para deixar bem claro aí. E já aproveitando aqui um momento eu quero agradecer, primeiramente, a Deus, a você por estar chamando essa Audiência Pública, ao pedido daquele guerreiro Laelson Lima. Esse homem é fera! É guerreiro igual nós! Sou o presidente do bairro Monte Sinai desde 2015, sempre lutando, atrás de melhorias para a nossa comunidade. O bairro Monte Sinai se encontra consolidado e existe esse processo desde 2011, em que nosso amigo Doutor Renan Maldonado, junto com o Senhor Eduardo, estamos aí à frente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Qual é o valor lá de vocês? Sabe?

O SR. ALEX SANTIAGO DO NASCIMENTO – A gente não tem ainda esse levantamento mercadológico, para passar esse valor bem mais claro para vocês, para a gente poder estar brigando, mas fizemos, Doutor Renan Maldonado, Doutor Alexandre, um levantamento e sabemos que essa área não é o Monte Sinai todo, tá, gente? São 97 metros quadrados. Não é dentro do Monte Sinai, que a primeira que teve, a gente já ganhou o processo e ficou dentro do Monte Sinai esse pedaço aí.

Descobrimos, dentro da prefeitura, que existe um débito dessa área; e que, logo, logo vai vir à tona, Doutor Alexandre e Doutor Renan Maldonado; eu vou passar para vocês, que a empresa está mais devendo do que está querendo pedir essa área da comunidade. É isso aí. Muito obrigado. Fiquem com Deus.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Deputado Ribeiro?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não?

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – O Projeto de Lei que foi criado pela prefeitura, eles iam delimitar a área e fazer o levantamento mercadológico. Dessas áreas que estão no projeto, que a prefeitura fez a avaliação, é o lote 10, o lote 15 e o Planalto. As outras áreas não têm o levantamento feito pela prefeitura. Então, fica difícil até para eles saberem qual é o valor da área.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Então, só para ratificar: os valores que têm das áreas hoje são quais, Juliana?

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Porto Cristo, lote 10-A; o Cascalheira, lote 15; e o Planal-

to, que é a área lá do Laelson, a quadra 100; e a Carta de Aforamento.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Então, está faltando essa avaliação mercadológica do Aparecida, do Cascalheira, Monte Sinai, Terra Prometida, Jardim Miraflores. Perfeito. Ok, entendi.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA – Tudo está dentro do projeto da prefeitura.

O SR. MARCOS BRAULINO QUEVEDO DE LARA – Oi?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não, Marcos?

O SR. MARCOS BRAULINO QUEVEDO DE LARA – Deputado, ali, quando fala Cascalheira e Aparecida, na verdade ele torna-se uma coisa única, tá? São dois nomes, não é, Renan? Mas é uma coisa só. O Cascalheira é porque é um nome antigo e o Aparecida é porque é um nome processual, não é, Renan? Então, a gente tem que observar isso aí.

A fala do lote 15, realmente, é a parte onde nós estamos em cima; que é uma parte que é questionada pelo Cícero, mas tudo se torna em cima do Cascalheira. Essa é a observação, está bom?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Advogado Renan, essa questão da avaliação mercadológica, só para enriquecer aqui o debate, como é o procedimento para que nós possamos fazer, já tem lei pronta? O que nós temos que fazer para a prefeitura, Estado, Poder Judiciário, a Defensoria, para que nós possamos ter esses valores?

O SR. RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS – Bom, então, o David é muito solícito nisso, eu tenho certeza; se pedir para ele, ele vai fazer, o Secretário lá da Sepat, e a Semur também têm ajudado bastante. Então eles fazem e fica oficial essa avaliação.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Perfeito. Deputado Eyder? Então, essa avaliação mercadológica, nós vamos lá falar com a Sepat. Eu e o Deputado Eyder nos disponibilizamos, não é?

O SR. EYDER BRASIL - Claro, com certeza! Nós estamos aqui para isso, para servir a nossa população, mas a ideia da ZEIS é importantíssima. Assim, tudo que o Estado e o município já investiram nessa área, que agora está sendo valorizada pelo fruto do dinheiro dos impostos de vocês, eu acho que realmente deve ser colocado na balança. E, assim, amei a ideia; eu acho que o Estado tem que fazer isso. Os vereadores têm que propor, talvez não seja da iniciativa dos vereadores, enquanto competência, mas deve nascer, sim, esse Projeto de Lei, lei complementar, não sei; criando essas leis e isso vai baratear o valor de uma coisa, de uma forma muito justa.

Alguém falou aqui do imposto também, que a detentora dessa terra tem com o município. E a gente pode pensar, tem municípios, tem bairros aqui que estão pagando imposto. Como assim estão pagando imposto? Então, esses valores do imposto que estão sendo pagos por esses moradores também têm que ser descontados. Tudo que já foi pago. "Espera aí, eu paguei 10 anos de IPTU.". Então, esses 10 anos têm que ser abatidos também. Porque os seus 10 anos, mais os seus 10, mais os seus 10, mais os seus 10, no final da balança, vocês estão pagando por esse proprietário.

Então, isso também tem que ser colocado em voga. Isso tem que ser colocado na balança também. Isso é importantíssimo.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Ótima ideia.

O SR. EYDER BRASIL - A área não se valorizou sozinha. Então houve a prefeitura, que investiu; houve o Estado, que investiu; e houve os moradores, que pagaram o IPTU daquela terra. Então, parabéns! Parabéns! Você é diferenciada, viu? Não é à toa que estou te ensinando a jogar dominó, não é amiga?

Então, isso aí tem que ser colocado, Deputado Ribeiro, isso tem que ser colocado em pauta.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Mas só que, Deputado Eyder, a criação das ZEIS é exclusivamente do prefeito. Os vereadores não têm essa competência, se não me engano. O plano PDM (Plano Diretor Municipal) é exclusivamente do prefeito, então é uma oportunidade que temos que fazer esse.

O SR. EYDER BRASIL - Aqui na Assembleia, alguns projetos que não são de iniciativa dos deputados, nós, enquanto deputados, vamos lá no governo: "Olha, é preciso que nasça um projeto e vocês enviem para esta Casa". O Deputado Ribeiro do Sinpol, como representante da categoria dele, tem articulado buscar melhorias para a categoria, vai lá no nascedouro e articula com o governo, e o projeto vem para esta Casa.

E eu acredito no trabalho dos vereadores nesse sentido, de ir até o Secretário da Semdec, ir até o prefeito: "Prefeito, nós precisamos criar uma lei, manda para lá, o teu trabalho é só criar a lei e mandar".

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - Já tem a lei.

O SR. EYDER BRASIL - A minuta, já pega a minuta aqui, o teu trabalho é só mandar para a Câmara e a Câmara tem certeza que vai aprovar.

A SRA. JULIANA FERREIRA SILVA DE SOUZA - Já tem o projeto.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA - Deputado, a questão...

O SR. ALEX SANTIAGO DO NASCIMENTO – A questão é sair do papel e ir para a execução.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA – Alex, só um minuto.

O SR. ALEX SANTIAGO DO NASCIMENTO - Só um pouquinho, Rosália, só para eu finalizar também, já houve várias audiências públicas também na Câmara Municipal em relação a esse REURB-S e nada foi feito até hoje. O Monte Sinai, não é ele todo, é 97 e um pouquinho só, que está nesse litígio, e tem um débito já nessa área, que eu já estou sabendo. Já tivemos várias audiências públicas e nada foi resolvido.

Pedimos também da Prefeitura, o Doutor Alexandre está de prova, esse levantamento mercadológico para a gente poder saber quanto que vale essa área, porque até hoje não fizeram nada. Já estive na última audiência, estive lá na prefeitura e ficaram de ir. E, também, até agora nada. É uma pena a prefeitura não estar aqui para estar atendendo e nos respondendo essa nossa demanda que cabe à prefeitura estar resolvendo para nós. É isso aí.

O SR. EYDER BRASIL - Perfeito.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA - Posso, Alex?

O SR. EYDER BRASIL - Pode contar comigo.

O SR. REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA - Posso falar, Rosália?

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA - Eu gostaria de falar aqui, Pastor Reginaldo, só uma questão básica. A Lei 10.257/2001, o nome dela é Estatuto da Cidade. Esse é um Projeto de Lei de iniciativa dos movimentos sociais, é um Projeto de Lei nosso. A minha instituição há anos vem discutindo essa questão.

Lá dentro também tem a MP 2.220, que garante a usucapião. Tem dentro do estatuto várias emendas, várias ranhuras. Por quê? Porque o setor imobiliário não quer que essa gente more em uma cidade, não. Ele quer empurrar a gente para a periferia. Eu sei. Então, gente, temos que nos debruçar na lei, Estatuto da Cidade, na REURB-S e nas ZEIS. A gente, chegando em qualquer uma dessas comunidades que estiverem com liminar de despejo, que o despejo esteja suspenso pela nossa ADPF 828, Despejo Zero. Nós estamos amparados pela lei, Laelson, a gente está amparado.

A pandemia nos favoreceu essa ADPF, entendeu? Não, a gente está mantendo ela. Nós estamos mantendo a ADPF, por quê? Porque esse câncer da regularização fundiária não é só aqui em Porto Velho, não é só aqui em Rondônia, é no Brasil inteiro. E a gente ainda tem que estar trabalhando em algumas áreas aqui em Porto Velho, com o Estatuto da Terra, que é o estatuto que o Incra trabalha, mas essas comunidades hoje, que estão dentro das propriedades da União, a gente tem que tratar disso com a SPU (Secretaria do Patrimônio da União), não é no Incra, é com a SPU.

Se a gente conseguir amarrar essas questões, nós vamos fazer um monte de coisa. Mas a gente, deputado, precisa se debruçar no Estatuto da Cidade, no Estatuto da Terra, na MP 2.220, e também na REURB-S, que o Município de Porto Velho criou. Entendeu?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Entendi, sim. Então, Nilton, quer finalizar? Conclua, que nós começamos às 16 horas, já estamos entrando em três horas de audiência, acho que já está próximo, está bom de terminar.

O SR. REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA – Deputado Ribeiro do Sinpol, só para salientar e fazer uma recapitulação sobre a questão, o senhor falou do levantamento mercadológico. Esse levantamento mercadológico depende muito mais das lideranças das comunidades, e até a Secretaria de Regulação Fundiária, através das suas associações, fazer um pedido para fazer esse levantamento mercadológico. E aí vai ser expedido. E também pressionar o secretário para que ele possa dar andamento no levantamento mercadológico.

Então, depende muito mais das lideranças darem uma pressionada no município, porque a nossa área ali foi feito o levantamento mercadológico, porque graças a Deus a gente tem a Juliana, que mandou só hoje no grupo do bairro 1.600 mensagens. Só hoje a Juliana mandou 1.600.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Juliana é diferenciada.

O SR. REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA - É, Juliana é diferenciada. Coitado do secretário, entendeu? Quase ele abandona a pasta e vai tirar umas férias em Miami por causa da Juliana perturbando para fazer o levantamento mercadológico.

Mas assim, deputado, é só as lideranças uma pressionada na Secretaria de Regulação Fundiária, que lá eles vão fazer o levantamento mercadológico e as áreas já vão ter o valor venal dos seus metros quadrados, não é? Obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Então, nós vamos concluindo aqui a Audiência Pública.

A comissão vai ser feita. Nós temos a situação que o Renan disse, o Doutor Renan, da avaliação mercadológica. Vamos fazer a comissão, vamos em Brasília, vamos fechar aqui na Assembleia e vamos andar. São 2 por cada bairro. E eu acredito que foi feito bastante encaminhamento.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanham essa ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo a todos uma excelente noite. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 45 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 242/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ANA CRISTINA CARNEIRO DE OLIVEIRA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor de Gabinete I, código DAG-03, do Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724607

ATO Nº 249/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ANA CRISTINA CARNEIRO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-23, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724843

ATO Nº 236/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

BEATRIZ DE SOUZA MORAIS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, do Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a partir

de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724219ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 12/2026/SEC-RH/ASTEC/
ALERO

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.11, inciso XII, do Regimento Interno, Resolução nº 32/90, resolve:

NOMEAR

DIOGO DOS SANTOS PEREIRA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Superintendente de Processo Legislativo, código DAS-02, da Secretaria Legislativa, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ALEX REDANOPresidente ALE/RO
SEI nº 0724893

ATO Nº 241/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

EDNA LOPES DA SILVA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, do Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724604

ATO Nº 251/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

FABIANO DE OLIVEIRA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, do Gabinete do Deputada Claudia de Jesus, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0725178

ATO Nº 253/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

FLAVIA ROBERTA ARAUJO DA SILVA ANES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, do Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0725204

ATO Nº 238/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

GABRIEL FERREIRA DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724346

ATO Nº 245/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14

da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

IRMA FOGAÇA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete do Deputado Jean Mendonça, código DAG-02, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724772

ATO Nº 248/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

LUCIVAL MARQUES SARAIVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724819

ATO Nº 239/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

LUIZ MARQUES OLIVEIRA CARVALHO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, do Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724509

ATO Nº 246/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

LUIZ PABLO DE OLIVEIRA MARIANO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete I, código DAG-03, no Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724793

ATO Nº 255/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

MARIA CELIA SILVEIRA SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, no Gabinete do Deputado Jean Mndonça, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0725239

ATO Nº 237/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

MARIZANIA FERREIRA PINHEIRO DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, do Gabinete do Deputado

Luís do Hospital, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724300

ATO Nº 235/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

MAYARA DE PAULO SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, do Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724211

ATO Nº 252/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

MERIJANES MOREIRA DA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, do Gabinete da Deputada Claudia de Jesus, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0725196

ATO Nº 247/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ROSIVALDO DA SILVA MOQUEDACE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Executivo, código DAG-02-A, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724807

ATO Nº 240/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

SHIRLEI TORRIANI, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, do Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724590

ATO Nº 243/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação da servidora **SIMONE SARMENTO NINA**, matrícula nº *****7198, Assessor Técnico, para o Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a partir de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724623

ATO Nº 250/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro,

resolve:

NOMEAR

SONHA MARIA DE BARROS ALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, no Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0725169

ATO Nº 244/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

VIVIANE DE AVELLAR MUTZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, no Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 01 de abril de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0724762

ATO Nº 254/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

YARA NARJARA SOUZA VASCONCELOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, do Gabinete da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, a partir de 31 de março de 2026.

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0725220

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0723539/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (05) cinco diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Buritis-RO / Vilhena / Corumbiara / Buritis-RO no período de 01.04.2026 a 05.04.2026, com a finalidade de representar o deputado Ezequiel Neiva, promovendo uma atuação mais eficiente, transparente e comprometida com o bem-estar da comunidade, conforme processo nº 100.048.000049/2026-16.

Nome	Cargo	Lotação
Ielitom Junior dos Santos Feitosa	SUBCHEFE GAB PARLAMENTAR	GABINETE DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA

Porto Velho, 27 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0703601/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho RO Ji-Paraná Porto Velho RO, no período de 13.03.2026 a 14.03.2026, com a finalidade de participar de reunião com lideranças municipais, com intuito de destinação de emendas parlamentares, conforme processo nº 100.055.000087/2026-71.

Nome	Cargo	Lotação
KLEBER LUIZ DA SILVA	ASSESSOR DE EMENDAS PARLAMENTARES	GABINETE DEPUTADO LUCAS TORRES

Porto Velho, 09 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0724066/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji-Paraná-RO / Porto Velho-RO, no período de 29.03.2026 a 03.04.2026 Representar o Deputado Estadual Nim Barroso, participando de reuniões referente a Emendas Parlamentares destinadas ao Município de Ji-Paraná e municípios adjacentes, conforme processo nº 100.059.000058/2026-70.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------

Lilian Borges Souza	Chefe de Gabinete	Gab. Dep. NIM BARROSO
---------------------	-------------------	-----------------------

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0724214/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

TORNA SEM EFEITO: Conceder (04) quatro diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de PORTO VELHO/ Rolim de Moura/ Ouro Preto do Oeste / PORTO VELHO, no período de 25.03.2026 A 28.03.2026, com a finalidade de acompanhar o Deputado Ribeiro do Sinpol em agendas nos Municípios. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.061.000058/2026-21.

Nome	Cargo	Lotação
Andre Felipe Carvalho Paraguassu	ASSESSOR DE SEGURANCA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
Gilmario dos Santos Barbosa	SERVIDOR CEDIDO ESTADUAL	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0724433/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/ Ariquemes/Porto Velho no período de 01.04.2026 a 03.04.2026, com a finalidade de realizado alinhamento com a equipe local, com o objetivo de promover o despacho in loco de todos os pedidos de recursos e demais encaminhamentos previamente protocolados no escritório regional. Também serão realizadas reuniões de alinhamento estratégico e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela equipe de servidores, visando maior eficiência na execução das demandas e no atendimento à população, conforme processo nº 100.046.000110/2026-37.

Nome	Cargo	Lotação
Ronei Antonio Giordani Filho	SUBCHEFE GAB PARLAMENTAR	GABINETE DEPUTADO DELEGADO CAMARGO

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0724521/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Ji-Paraná x Porto Velho x Ji-Paraná, no período de 29/03/2026 a 01/04/2026, com a finalidade de conduzir e fazer a segurança do Deputado Laerte Gomes nos municípios, conforme processo nº 100.054.000080/2026-60.

Nome	Cargo	Lotação
Danilo Lopes Nunes	Assessor Especial Militar	Secretaria de Segurança Institucional
Rafael Alves Palomo Neto	Assessor Especial Militar	

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0723568/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO: Conceder 02 (Duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ariquemes-RO a Porto Velho-RO no período de 22/03/2026 a 23/03/2026, com a finalidade de acompanhar o Deputado Dr. Luís do Hospital no cumprimento de agendas institucionais no município, conforme processo nº 100.561.000037/2026-74.

Nome	Cargo	Lotação
TATIANE ALVES DE OLIVEIRA	ASSESSOR PARLAMENTAR	GABINETE DR. LUÍS DO HOSPITAL

Porto Velho, 27 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0725074/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre PORTO VELHO/CEREJEIRAS/PORTO VELHO, no período de 30.03.2026 a 13.04.2026 Acompanhar, fiscalizar e prestar suporte técnico à execução dos serviços destinados à montagem, operação, manutenção e desmontagem das estruturas e equipamentos necessários à instalação e funcionamento do estande institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia durante a realização da AGROCOM 2026, conforme processo nº 100.024.000012/2026-58.

Nome	Cargo	Lotação
MATHEUS HELD MACHADO	ASSESSOR ESPECIAL	SUPERINTENDENCIA DE LOGÍSTICA
JONATAN DIAS CAMPOS		COORDENADORIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0725090/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre PORTO VELHO/ CEREJEIRAS/PORTO VELHO, no período de 30.03.2026 a 13.04.2026 O servidor irá conduzir o veículo com servidores que irão acompanhar, fiscalizar e prestar suporte técnico na execução dos serviços destinados à montagem, operação, manutenção e desmontagem das estruturas e equipamentos necessários à instalação e funcionamento do estande institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia durante a realização da AGROCOM 2026, conforme processo nº 100.024.000012/2026-58.

Nome	Cargo	Lotação
RODRIGO GAGO DA SILVA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SEGURANCA LEGISLATIVA DO INTERIOR	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0725215/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (DUAS) diárias servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de São Miguel do Guaporé-RO / São Francisco do Guaporé-RO / São Miguel do Guaporé-RO, no período de 30/03/2026 a 31/03/2026, para cumprir agenda no município de São Francisco do Guaporé, realizando um diagnóstico técnico das infraestruturas e serviços essenciais. A missão consiste em identificar os pontos críticos e as deficiências nos serviços de saúde e educação, transformando essas informações em dados estratégicos para a atuação parlamentar e o fortalecimento do município. conforme processo nº 100.049.000050/2026-22.

Nome	Cargo	Lotação
ADRIANO APARECIDO SOARES	ASSESSOR PARLAMENTAR	GAB. DEP. GISLAINE LEBRINHA

Porto Velho, 30 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral